



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

# DIÁRIO

## DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 27 de Março de 2019.

Edição 2959 | Páginas: 20

8ª LEGISLATURA | 57º PERÍODO LEGISLATIVO

### MESA DIRETORA

#### JALSER RENIER PADILHA PRESIDENTE

**JÂNIO XINGÚ**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**JEFERSON ALVES**  
2º VICE-PRESIDENTE

**ODILON FILHO**  
3º VICE-PRESIDENTE

**CHICO MOZART**  
1º SECRETÁRIO

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**CATARINA GUERRA**  
3º SECRETÁRIA

**LENIR RODRIGUES**  
4º SECRETÁRIA

**RENATO SILVA**  
CORREGEDOR GERAL

**BETÂNIA MEDEIROS**  
OUVIDORA GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado Jeferson Alves;
- b) Deputado Renan Filho;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Coronel Chagas;
- e) Deputada Ione Pedroso;
- f) Deputado Jorge Everton; e
- g) Deputada Lenir Rodrigues.

#### Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Soldado Sampaio;
- b) Deputado Nilton do Sindpol;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Jorge Everton; e
- e) Deputado Odilon Filho.

#### Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Nilton do Sindpol;
- b) Deputado Soldado Sampaio;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputado Dhiego Coelho; e
- e) Deputado Jorge Everton.

#### Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Evangelista Siqueira;
- b) Deputada Lenir Rodrigues;
- c) Deputado Brito Bezerra;
- d) Deputado Gabriel Picanço; e
- e) Deputada Tayla Peres.

#### Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Renan Filho;
- b) Deputado Neto Loureiro;
- c) Deputado Chico Mozart;
- d) Deputado Dhiego Coelho; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira.

#### Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Neto Loureiro;
- b) Deputada Ione Pedroso;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Dhiego Coelho;
- e) Deputado Gabriel Picanço;
- f) Deputado Nilton do Sindpol; e
- g) Deputado Renato Silva.

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva;
- b) Deputada Betânia Medeiros;
- c) Deputado Jorge Everton;
- d) Deputado Neto Loureiro; e
- e) Deputada Tayla Peres.

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Betânia Medeiros;
- b) Deputado Ione Pedroso;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputada Lenir Rodrigues; e
- e) Deputada Tayla Peres.

#### Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Gabriel Picanço;
- b) Deputado Renato Silva;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputada Jânio Xingu; e
- e) Deputado Renan Filho.

#### Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres;
- b) Deputado Brito Bezerra;
- c) Deputado Chico Mozart;
- d) Deputado Coronel Chagas; e
- e) Deputado Odilon Filho.

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputada Aurelina Medeiros;
- b) Deputado Eder Lourinho;
- c) Deputada Betânia Medeiros;
- d) Deputado Gabriel Picanço; e
- e) Deputado Marcelo Cabral;

#### Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon Filho;
- b) Deputado Marcelo Cabral;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputada Betânia Medeiros; e
- e) Deputado Eder Lourinho.

#### Comissão de Políticas Indígenistas:

- a) Deputada Lenir Rodrigues;
- b) Deputado Marcelo Cabral;
- c) Deputado Jânio Xingu;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Renan Filho.

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho;
- b) Deputado Soldado Sampaio;
- c) Deputado Evangelista Siqueira;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Neto Loureiro.

#### Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Jorge Everton;
- b) Deputada Tayla Peres;
- c) Deputado Brito Bezerra;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Gabriel Picanço.

#### Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputada Ione Pedroso;
- b) Deputado Dhiego Coelho;
- c) Deputado Chico Mozart;
- d) Deputado Jânio Xingu;
- e) Deputado Jeferson Alves;
- f) Deputado Renan Filho; e
- g) Deputada Tayla Peres.

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Dhiego Coelho;
- b) Deputado Coronel Chagas;
- c) Deputado Marcelo Cabral;
- d) Deputado Jânio Xingu;
- e) Deputada Catarina Guerra;
- f) Deputado Soldado Sampaio; e
- g) Deputado Nilton do Sindpol.

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputada Catarina Guerra;
- b) Deputado Evangelista Siqueira;
- c) Deputada Betânia Medeiros;
- d) Deputada Ione Pedroso; e
- e) Deputado Soldado Sampaio.

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputado Brito Bezerra;
- b) Deputada Aurelina Medeiros;
- c) Deputada Chico Mozart;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Nilton do Sindpol.

#### Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Coronel Chagas;
  - b) Deputado Odilon Filho;
  - d) Deputado Brito Bezerra;
  - e) Deputada Catarina Guerra; e
  - c) Deputada Lenir Rodrigues.
- Suplentes:  
1º - Deputada Ione Pedroso  
2º - Deputada Betânia Medeiros

## SUMÁRIO

**Superintendência Legislativa**

- Projeto de Lei nº 023/2017	02
- Projeto de Decreto Legislativo nº 023/2018	02
- Indicações nº 066 e 067/2019	03
- Ata da 2740ª Sessão Ordinária - Sucinta	03
- Ata da 2737ª Sessão Ordinária - Íntegra	04
- Ata da 2740ª Sessão Ordinária - Íntegra	07
- Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle - Edital de Convocação nº 001/2019	08
- Ata da Comissão Especial Externa - Resol. nº 001/2019	08

**Superintendência De Gestão De Pessoas**

- Resoluções nº 3352 a 3366/2019	18
----------------------------------	----

## EXPEDIENTE

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

E-mail: [docgeralale@gmail.com](mailto:docgeralale@gmail.com)

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

**Gerente de Documentação Geral**

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

THIAGO DE SOUZA PADILHA

**Diagramação**

## MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

## SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

## PROJETO DE LEI

## PROJETO DE LEI Nº 023/2017

**“Altera os dispositivos da Lei Estadual nº 538, de 30 de março de 2006, e dá outras providências”.**

**A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA:**

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 1º da Lei Estadual nº. 538, de 30 de março de 2006, o seguinte dispositivo:

§ 3º As atividades das quais trata esse artigo poderão ser objeto de contratação temporária por meio de processo seletivo simplificado regido pela Lei Estadual 392, de 31 de dezembro de 2001.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de março de 2017.

**GABRIEL PICANÇO**

Deputado Estadual PRB/RR

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 023/2018

**Concede a Comenda Orgulho de Roraima aos integrantes da Polícia Militar de Roraima que menciona e dá outras providências.**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1.º Fica concedida a comenda Orgulho de Roraima, criada pela Resolução n.º 010/09, de 8 de abril de 2009, aos seguintes Policiais Militares.

1.	1º SGT QEPM EMERSON XAUD BARBOSA
2.	2º SGT QEPM ALEXANDRE ANTONIO MORAIS DE SOUZA
3.	SD QPPM WAGNER SILVA DE HOLANDA
4.	SD QPPM MARCOS FERREIRA DA SILVA

Art. 2.º A Mesa Diretora tomará as providências necessárias para a realização de Sessão de entrega da Comenda Orgulho de Roraima constante do presente instrumento normativo.

Art.º 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 11 de junho de 2018.

**CORONEL CHAGAS**

Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Implantado em Boa Vista, no ano de 2013, e atuando há época nas Praças Germano Sampaio (Pintolândia), Mané Garrincha (Asa Branca) e Cambará, o programa **“Crack: É possível Vencer”**, desenvolve papel relevante no combate ao crime e ao tráfico de drogas.

Através da guarnição composta pelo 1º SGT PM XAUD, 2º SGT PM ALEXANDRE, 50 PM FERREIRA e SD PM O. HOLANDA, o programa se expandiu consideravelmente, passando atender escolas da zona oeste da cidade de Boa Vista, tanto nas ações de policiamento repressivo como também o preventivo.

Os policiais militares aqui mencionados intensificaram o policiamento na área, conseguindo retirar de dentro e dos arredores das escolas, traficantes que atuavam fornecendo drogas e aliciando alunos para o mundo da criminalidade.

A dinâmica de ação do programa consiste em um trabalho de conscientização de alunos, corpo docente, gestores e comunidade em geral, sobre a valorização do indivíduo e o combate efetivo às drogas. O trabalho inclui, ainda, o Policiamento Ostensivo em áreas comerciais da Zona Oeste, dando suporte às demais viaturas da Polícia Militar que atuam na área.

Por meio do trabalho eficiente, comprometido e altamente profissional destes policiais militares, que abraçaram o programa **“Crack: É Possível Vencer”**, crendo ser este um dos meios para se combater a criminalidade de forma preventiva, atualmente, temos a oportunidade de vislumbrar um novo horizonte para esta geração.

Graças ao trabalho destes policiais militares, hoje, as comunidades de bairros como Nova Cidade, Pérola, Cruviana, Pintolândia e Raiar do Sol, usufruem de uma realidade mais tranquila nas escolas e no seu dia a dia.

## INDICAÇÕES

### INDICAÇÃO Nº 066/2019.

O Parlamentar que a este subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima da seguinte Indicação:

**RECUPERAÇÃO DAS PONTES DE MADEIRA, SITUADA NO KM 01, 03 E 04 NA VICINIL 05 NA REGIÃO DO APIAÚ, MUNICÍPIO DE MUCAJAI, QUE SE ENCONTRAM EM ESTADO CRÍTICO.**

#### JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a visita realizada aos moradores daquela localidade, que preocupados, temem com as péssimas condições das pontes de madeiras, visto que as mesmas são essenciais para o escoamento da produção de frutas e criação de gado dos agricultores que residem naquela vicinal.

Esse o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 14 de Março de 2019.

**CHICO MOZART**  
 Deputado Estadual

### INDICAÇÃO Nº 067/2019.

O Parlamentar que a este subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima à seguinte Indicação:

**RECUPERAÇÃO DAS PONTES DE MADEIRA, SITUADA NO KM 05 e 07 da VICINIL 02 NA REGIÃO DO APIAÚ, MUNICÍPIO DE MUCAJAI, QUE SE ENCONTRAM EM ESTADO CRÍTICO.**

#### JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a visita realizada aos moradores daquela localidade, que preocupados, temem com as péssimas condições das pontes de madeiras, visto que as mesmas são essenciais para o transporte escolar daquela vicinal, e que senão forem concertadas poderá prejudicar cerca de 30 alunos que estudam na Escola da Vila do Apiaú bem como o escoamento da produção dos agricultores que residem naquela vicinal.

Esse o principal objetivo da presente Indicação.

Sala das Sessões, 14 de Março de 2019.

**CHICO MOZART**  
 Deputado Estadual

## ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

### ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEPTINGENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA OITAVA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima quadragésima Sessão Ordinária do quinquagésimo sétimo Período Legislativo da oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Jânio Xingú**, declarou aberta a Sessão e convidou o Senhor Deputado **Jorge Everton** para atuar como Primeiro-Secretário *ad hoc*. Após, solicitou à Senhora Segunda-Secretária, Deputada **Lenir Rodrigues**, a leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Continuando, solicitou ao senhor Primeiro-Secretário a leitura do Expediente: **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei nº 013/19, de 19/03/19, de autoria do Deputado Renan Filho, que “dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos esportivos”; Requerimento de Pedido de Informação nº 02/19, de 18/03/19, de autoria Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 04/19 ao Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando informações e documentos em que conste a quantidade de empresas terceirizadas contratadas para prestação de serviços aos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado de Roraima nos anos de 2018 e 2019; Indicação nº 049/19, de 12/03/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para reforma e ampliação da Escola estadual Nossa Senhora da Penha, na Vila da Penha, município de Mucajaí-RR; Indicação nº 050/19, de 14/03/19, da Deputada Ione Pedrosa ao Governo do Estado, para instalação de uma Unidade do IML na cidade de Rorainópolis; Indicação nº 051/19, de 08/03/19, da Deputada Ione Pedrosa ao Governo do Estado, para que proceda à aquisição de viatura própria para a remoção de cadáver pelo IML; Indicação nº 052/19, de 13/03/19, da

Deputada Ione Pedrosa ao Governo do Estado, para retomada da realização de mamografias no Centro de Referência da Saúde da Mulher; Indicação nº 053/19, de 25/02/19, do Deputado Eder Lourinho ao Governo do Estado, para recuperação e recapeamento de um trecho da RR-203, a partir da Vila Brasil até a subida da Serra do Tepequém, município de Amajari; Indicação nº 054/19, de 25/02/19, do Deputado Eder Barcelos Brandão ao Governo do Estado, solicitando, em caráter de urgência, a recuperação do prédio da Feira do Produtor Rural, localizada na Avenida Glaycon de Paiva, bairro São Vicente, município de Boa Vista; Indicação nº 055/19, de 25/02/19, do Deputado Eder Lourinho ao Governo do Estado, solicitando, em caráter de urgência, a conclusão dos serviços de reforma da Feira do Passarão, localizada na Avenida Ataíde Teive, bairro Caimbé, município de Boa Vista; Indicação nº 056/19, de 25/02/19, do Deputado Eder Lourinho ao Governo do Estado, solicitando uma ambulância para atender a demanda do Hospital Ruth Quitéria, no município de Normandia; Memorando nº 030/19, de 15/03/19, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, justificando sua ausência às sessões ordinária e extraordinária do dia 14 de março do corrente ano; Memorando nº 05/19, de 13/03/19, de autoria do Deputado Diego Coelho, justificando sua ausência à sessão plenária do dia 7 de março do corrente ano; Memorando nº 06/19, de 13/03/19, de autoria do Deputado Diego Coelho, justificando sua ausência às sessões plenárias dos dias 12, 13 e 14 de março do corrente ano; Memorando nº 045/19, de 07/03/19, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, justificando sua ausência à sessão ordinária do dia 7 de março do corrente ano; Memorando nº 015/19, de 14/03/19, de autoria do Deputado Chico Mozart, justificando sua ausência à sessão ordinária do dia 14 de março do corrente ano; e Memorando nº 019/19, de 14/03/19, de autoria do Deputado Jorge Everton, justificando sua ausência às sessões ordinárias dos dias 12, 13 e 14 de março do corrente ano. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente anunciou, para a pauta da Ordem do Dia, a discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Projeto de Lei nº 031/18, que “dispõe sobre o abono de falta ao trabalho de pais e responsáveis por alunos, para participação de reuniões oficializadas no calendário escolar”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 001/19, que “autoriza a cessão de arma de fogo aos servidores civis militares das carreiras de segurança pública após a aposentadoria, reserva ou reforma e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jorge Everton; Projeto de Lei nº 006/19, que “autoriza o Poder Executivo a implantar o estudo da constituição em miúdos nas escolas da rede estadual de ensino e dá outras providências”, de autoria do Deputado Renato Silva; Projeto de Lei nº 011/19, que “dispõe sobre a prestação de serviço em aparelhos que imitam radiação ionizante e não ionizante nos locais que especifica e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jalsner Renier. Em seguida, o Senhor Presidente informou que, por falta de quórum regimental para deliberação das matérias, a pauta da Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** parabenizou a Deputada Lenir Rodrigues por representar esta Casa na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ocasião em que apresentou os trabalhos realizados pela Procuradoria Especial da Mulher com a palestra Inicativas de Proteção à Mulher. O Senhor Deputado **Coronel Chagas** também parabenizou a Deputada Lenir por levar ao conhecimento de outros Estados os trabalhos realizados sob liderança dela na Procuradoria da Especial da Mulher e no CHAME. Em seguida, convidou os senhores deputados, servidores e público presente para a solenidade de comemoração dos 100 anos da Ordem dos DeMolay no Brasil e 21 anos no estado de Roraima, que ocorrerá no próximo dia 21, às nove horas, neste plenário. A Senhora Deputada **Catarina Guerra** também parabenizou a Deputada Lenir Rodrigues por bem representar a Assembleia Legislativa e o Estado de Roraima em Santa Catarina, bem como colocou-se à disposição na luta pelos pleitos da bancada feminina da Casa. O Senhor **Presidente** também parabenizou a Deputada Lenir Rodrigues por representar este Poder, bem como ressaltou que a parlamentar tem atuado de forma comprometida e responsável nesta Casa. A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** agradeceu seus pares pelo carinho, à Deputada Aurelina, que foi a fundadora da Procuradoria Especial da Mulher e à ex-deputada Marília Pinto por implantar o CHAME em Roraima. Ao continuar, disse que Roraima está sendo uma referência para os demais Estados por estar desenvolvendo trabalhos com essas instituições. Destacou ainda ter apresentado a cartilha sobre tráfico de pessoas, criada pelo Núcleo de Promoção, Proteção e Atendimento às Vítimas de Tráfico de Pessoas, que hoje é uma referência para o mundo como instrumento educativo e será traduzida para várias línguas, mas com garantia de autoria da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Finalizou dizendo que esse reconhecimento é fruto do trabalho desenvolvido pelos deputados da Casa e merece ser apreciado pela sociedade roraimense. E, não havendo mais nada a tratar, às onze horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente encerrou a Sessão e convocou

outra para o dia 21 de março, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Betânia Medeiros, Brito Bezerra, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Loureiro, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Ione Pedroso, Jânio Xingu, Jeferson Alves, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renan Filho, Renato Silva e Soldado Sampaio.**

### ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

#### ATA DA 2737ª SESSÃO, EM 13 DE MARÇO DE 2019 57º PERÍODO LEGISLATIVO DA 8ª LEGISLATURA = ORDINÁRIA =

##### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

As nove horas e trinta e nove minutos do dia treze de março de dois mil e dezenove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima trigésima sétima Sessão Ordinária do quinquagésimo sétimo Período Legislativo da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que faça a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, há quórum regimental para o início da Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior, bem como dos Termos de Não Realização de Sessão.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** – (Lida a Ata e os Termos de Não Realização de Sessão).

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão a Ata da Sessão anterior e os Termos de Não Realização de Sessão. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-los, coloco-os em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovados a Ata da Sessão anterior, bem como os Termos de Não Realização de Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei nº 08/19, de 24/02/19, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, que “institui o Dia Estadual da Conquista do Voto Feminino no Brasil, no Calendário Oficial do Estado de Roraima”; Projeto de Lei nº 09/19, de 08/03/19, de autoria da Deputada Ione Pedroso, que “dispõe sobre a vedação à nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340, no âmbito do Estado de Roraima”; Projeto de Lei nº 010/19, de 08/03/19, de autoria da Deputada Ione Pedroso, que “dispõe sobre a assistência jurídica, bem como defesa técnica, integral e gratuita aos policiais militares, policiais civis, bombeiros e agentes penitenciários do estado de Roraima que, no exercício de suas funções, venham a responder processos administrativos ou judiciais; Projeto de Decreto Legislativo nº 01/19, de 06/03/19, de autoria do Deputado Coronel Gerson Chagas, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Grande Conselho Estadual da Ordem de Molay para o Estado de Roraima que menciona e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo nº 02/19, de 12/03/19, de autoria do Deputado Jorge Everton, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima à Senhora Luciana Surita da Motta Macedo e dá outras providências”; Proposta de Moção de Pesar nº 08/19, de 08/03/19, de autoria da Deputada Ione Pedroso, aos familiares do Senhor Víctor Anderson Camarão Taveira, pelo seu falecimento ocorrido no dia 5 de março do corrente ano, nesta Capital; Proposta de Moção de Repúdio nº 09/19, de 08/03/19, de autoria da Deputada Ione Pedroso, ao Governo do Estado, pela negligência assistencial ocorrida no dia 5 de março do corrente ano, na ocasião da morte do jovem Víctor Anderson Camarão Taveira, cujo corpo foi mantido em via pública por 4 horas; Proposta de Moção de Repúdio nº 07/19, de 07/03/19, de autoria da Deputada Ione Pedroso, à violência contra a mulher em todo o Brasil e, em especial, no estado de Roraima; Proposta de Moção de Aplausos nº 05/19, de 27/02/19, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, alusiva ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março; Proposta de Moção de Aplauso nº 06/19, de 07/03/19, de autoria da Deputada Ione Pedroso, às mulheres do estado de Roraima como reconhecimento desta Casa Legislativa, e, em especial, à representação feminina desta Casa; Requerimento nº 07/19, de 28/02/19, de autoria do Deputado Jorge Everton, para o desarquivamento

e tramitação das proposições de sua autoria apresentadas na 7ª Legislatura; Requerimento nº 08/19, de 07/03/19, de autoria do Deputado Brito Bezerra, para o desarquivamento das proposições de sua autoria e/ou coautoria; Requerimento nº 09/19, de 07/03/19, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, para desarquivamento e reinício de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 030/18; Requerimento nº 010/19, de 07/03/19, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, para desarquivamento e reinício de tramitação do Projeto de Lei nº 030/18, com apenso do Projeto de Lei nº 051/2018; Requerimento nº 011/19, de 08/03/19, de autoria do Deputado Gabriel Picanço, para desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 23/17, 69/17, 167/17, 63/18 e 67/18; Requerimento nº 12/19, de 08/03/19, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, para realização de Audiência Pública, às 9h do dia 29 de março do corrente ano, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, a fim de discutir o tema da Campanha da Fraternidade 2019: “Fraternidade e Políticas”; Indicação nº 019/19, de 28/02/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando reforma do Clube do Servidor, localizado na Rua Topázio, nº 125, bairro Jóquei Clube, no município de Boa Vista-RR; Indicação nº 020/19, de 28/02/19, da Deputada Tayla Peres ao Governo do Estado, solicitando providências em relação ao desabastecimento de água e às queimadas, na Vila União, município de Cantá; Indicação nº 021/19, de 01/03/19, do Deputado Neto Loureiro ao Governo do Estado, solicitando providências e medidas necessárias à fiel execução do disposto na Lei nº 1.224, de 27 de dezembro de 2017, que “dispõe sobre a instituição da Farmácia do Povo, no âmbito do território estadual, e dá outras providências”; Indicação nº 022/19, de 07/03/19, do Deputado Neto Loureiro ao Governo do Estado, solicitando medidas necessárias para antecipação da Campanha de Vacinação contra o Vírus H1N1; Indicação nº 023/19, de 07/03/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando a construção da ponte de 10 metros localizada na Vicinal V, município de Iracema-RR; Indicação nº 024/19, de 07/03/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando construção da ponte de 10 metros localizada na Vicinal 10, município de Iracema/RR; Indicação nº 025/19, de 07/03/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando a construção da ponte de 5 metros localizada na Vicinal V, em frente à Fazenda Alternativa, vila do Roxinho, município de Iracema-RR; Indicação nº 026/19, de 07/03/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando a construção da ponte de 5 metros localizada na Vicinal VI, próximo à entrada da Vicinal III, município de Iracema-RR; Indicação nº 027/19, de 07/03/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando, com extrema urgência, a construção da ponte de 30 metros localizada na Vicinal V, sobre o Rio Roxinho, município de Iracema-RR; Indicação nº 028/19, de 07/03/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando 35 km de asfalto – do entroncamento próximo ao bar Parada Obrigatória até a entrada da Vila São Silvestre –, município de Alto Alegre-RR; Indicação nº 029/19, de 07/03/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando, com extrema urgência, a construção da ponte de 20 metros localizada na saída da Vicinal V, município de Iracema-RR; e Indicação nº 030/19, de 07/03/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, solicitando a construção da ponte de 15 metros localizada na Vicinal VIII, município de Iracema-RR.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

] O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** - Senhor Presidente, há quatro oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** - Senhor Presidente, já faz um ano e um mês que eu não uso a Tribuna desta Casa e resolvi vir hoje e, para minha surpresa, minha Chefa de Gabinete veio aqui me inscrever e, em seguida, me ligou dizendo que havia uma moça, aqui, dizendo que eu não poderia usar à Tribuna. Quero dizer a ela que se inscreva num partido e tenha 6.133 votos, porque eu não aceito funcionário mandar em deputado aqui. Nesta Casa, todos os funcionários são subordinados aos deputados... (vaias). Isso não me intimida. Sou um homem de muita fibra, isso não me intimida, façam o que quiserem. Isso não vai mudar, jamais irá mudar.

Senhor Presidente, estivemos no Estado do Amazonas em uma audiência pública que tratou especificamente do Linhão de Tucuruí e, naquela ocasião, 10 deputados estiveram lá: Deputados Chagas, Jeferson, Lenir, Neto, Ione, Betânia, Nilton e Chico Mozart. E nessa audiência, Senhor Presidente, tratamos do Linhão de Tucuruí e, nessa reunião, esteve presente o representante da FUNAI do qual atenciosamente, ouvi o discurso, quando ele disse que apenas três atores estavam envolvidos no Linhão de Tucuruí: a FUNAI, os povos indígenas e os empreendedores. Nem sequer falou do Governo Federal. Deputado Brito, apenas três atores estão envolvidos no Linhão de Tucuruí, segundo o representante da FUNAI. Ou seja, aqueles

que vão construir o Linhão de Tucuruí. Eu, Senhor Presidente, fiz aqui um requerimento para que Vossa Excelência possa criar uma comissão permanente para designar 05 (cinco) deputados para acompanhar essa obra, ou seja, que possam ir à FUNAI, ao Ministério de Minas e Energia, à Comissão de Minas e Energia, no Senado e na Câmara Federal, Deputado Brito, para acompanhar, passo a passo, essa obra tão importante para o estado de Roraima e não podemos ficar de fora dessa discussão. Deputado Chagas, Vossa Excelência esteve lá e discursou. O Deputado Sinésio Campos fez um grande evento em favor de Roraima. Isso tem que ser levado em consideração e, por conta disso, eu tive a felicidade de estar nesse evento e protocolei ontem, aqui nesta Casa, um requerimento para que Vossa Excelência possa criar essa Comissão, ainda hoje, para que se possa acompanhar com os povos indígenas, a FUNAI, Ministério de Minas e Energia, e que possa fazer isso valer à pena e que possamos nos integrar ao Sistema Nacional Energético, e não mais pagar a energia mais cara do Brasil.

Agora, Senhor Presidente, neste momento, eu quero, por questão de justiça... Eu já estou há 08 anos nesta Casa, graças a Deus. Pela minha coragem e pela minha determinação, desde os anos 90, que eu sou o deputado mais votado desta Casa. Podem olhar os números, proporcionalmente, Chagas, porque eu sou um homem de coragem e sou um homem de palavra. Eu “apalavrei” lá atrás, junto com o Presidente Jalser, que nós vamos ter um candidato ao conselho, e este candidato é o Deputado Brito. Se Vossa Excelência tiver um voto, esse voto é do Deputado Xingú, fiquem certo disso. Tenho amigos que entendem que podem concorrer, não é proibido, mas eu já falei com esses amigos e disse a eles que em outro momento nós podemos conversar, mas nesse momento o meu compromisso é com o Deputado Brito Bezerra. O homem tem que ter palavra, o homem é do tamanho dos seus sonhos e não da sua estatura física. Você é aquilo que você se proporcione a ser. Você é aquilo que você repassa para as pessoas com seriedade. Não adianta, hoje, ser homenageado em um momento, se as pessoas sabem que você não é aquilo que você fala e nem é o que faz. Isso se perde no meio do caminho. Existe uma frase que diz: “entre o dito e o feito existe um trecho”, e aí que as pessoas se perdem. Eu não vou me perder não, eu estou no caminho certo. Eu fui eleito com 1.600 votos, passei para 4.700, agora 6.132, sendo o segundo mais votado. Então, o que eu estou fazendo está correto, o povo está me aceitando, estão indo às urnas e votando em mim. Se não tivesse, eu teria entre 1.000, 1.500, 2.000 mil votos e estava fora, como muitos que estiveram aqui e se acovardaram e hoje, ninguém nem lembra o nome deles. Muitos estiveram, aqui, lendo jornal nesta tribuna, passaram em vão, foram embora, como água de cachoeira, mas não é o caso do Deputado Xingú. Fiz dois prefeitos, Deputado Chagas. Num estado que tem 15 municípios, coloquei o meu irmão com um por cento na prefeitura do Cantá. Isso é mentira? É hoje prefeito do Cantá. Um dia você me disse: se você fizer o seu irmão prefeito, realmente você é grande campeão e eu decidi. Foram três meses antes da eleição, vocês lembram? Eu disse: aguarde, ele vai ser prefeito e está governando. Não adianta vir com um auditório formado que não me envolvo não. Fiquem à vontade. Senhor Presidente, eu não aceito insulto. Eu, como Vice-Presidente, autorizo a tirá-los das galerias.

O Senhor Presidente **Jalser Renier**- Vamos esperar o parlamentar fazer uso da palavra. O que temos aqui, Deputado Xingú, é uma manifestação das empresas terceirizadas. Eles estão vindo aqui, justamente para buscar o apoio desta casa, em relação a esta dificuldade que esses profissionais passam sem receber. Então, eu só queria abrir esse ponto. Vossa Excelência pode concluir.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua- Senhor Presidente, o meu discurso não é contra os terceirizados. Eu não estou aqui contra os terceirizados. O governo tem que pagar. Aliás, vocês deveriam estar no palácio e pedir o apoio, que a gente estaria lá juntos. E quem tem que pagar é o governador. Deveriam estar lá. Ontem eu estive com o governador por uma hora, e esse assunto foi abordado. Eu cheguei de Manaus ontem, às seis horas da tarde, e sete horas da noite eu estava com o governador. Fiquei uma hora com ele e conversamos sobre diversos assuntos. E um dos assuntos foi sobre as terceirizadas. Ele mesmo disse que estava em dia o pagamento. Ele mesmo me disse: os terceirizados que eu contratei no meu governo estão todos pagos. Então, vocês estão atacando a pessoa errada. Eu posso ser aliado de vocês. Tive uma hora com o governador e, quando eu entrei nesse assunto de terceirizadas, ele disse que existe uma comissão no Governo do Estado tratando desse assunto. Mas, o meu discurso não é contra os terceirizados; é um outro discurso, é uma outra coisa, é um outro tema. Com a palavra o Deputado Brito.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra**. – Deputado Xingú, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, inicialmente, quero parabenizar Vossa Excelência, não só Vossa Excelência, como os demais deputados que estiveram no Estado do Amazonas. Eu sei

do quanto é essencial o Linhão de Tucuruí para o nosso Estado de Roraima. É uma discussão que se prolonga aqui há anos e tem o apoio desta Casa. O Deputado Jalser, como presidente, nos convidou a irmos a Brasília e, em um determinado momento, todas as forças políticas deste Estado se reuniram em Brasília para buscar o Linhão de Tucuruí. Nós sabemos que é essencial para a economia deste Estado. E que possa, cada vez mais, haver esse elo entre os parlamentares estaduais, federais, prefeitos, vereadores e a sociedade civil organizada, lutar pelo Linhão de Tucuruí, mais do que nunca, agora, diante desta problemática econômica e social, que vive a Venezuela. E nós estamos dependendo do Linhão de Guri, que agora foi totalmente desativado. Cada vez mais nós temos que ter essa consciência da necessidade do Linhão de Tucuruí em nosso Estado. Parabéns para Vossa Excelência e os demais deputados.

Quanto à questão da eleição, eu sei que nós temos doze candidatos inscritos e esta Casa é democrática. Eu não vou fazer campanha na Tribuna desta Casa. Eu sou candidato, mas quero dizer para Vossa Excelência que eu respeito os doze candidatos aqui, e se eu fizesse, todos teriam direito. Cada um vai conversar com os deputados, a Casa é democrática, o processo é limpo, claro e transparente. Mas, eu agradeço a Vossa Excelência a declaração de voto, sei da nossa amizade, sei da lealdade de Vossa Excelência com esta Casa Legislativa, com a Mesa, com os seus eleitores, com o estado de Roraima e, agora, para comigo quando declarou o voto. Eu só tenho a agradecer essa demonstração de lealdade e amizade que o amigo fez para comigo. Muito obrigado e vamos trabalhar juntos por um Roraima melhor. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua. – Obrigado, Deputado Brito, pela sua intervenção. Eu queria, agora, Deputado Jalser, externar aqui a minha insatisfação com relação aos andamentos da Casa Civil do Governo do Estado com relação a esta Casa Legislativa, com relação ao tratamento incoerente da Casa Civil com alguns deputados desta Casa. Eu quero me incluir nisso. Eu não sou um homem de receber recado, não sou homem de fazer curvas, não sou homem de andar em cima de muro. Estou aqui e vou sempre ser o homem que sempre fui: firme, autêntico e corajoso. Se o chefe da Casa Civil estiver pensando que o Deputado Xingú é um deputado qualquer, que ele pode falar nos bares, ele está muito enganado, muito enganado mesmo. Ele não me conhece, tampouco a minha história. Sou um homem de fibra, corajoso, determinado. Vou em busca dos meus objetivos. Deputado Chagas, não se trata da forma como estamos sendo tratados, mas não é assim que um governo conquista os parlamentares. Eu estou falando o que disse ontem para o governador: eu não falo nos corredores o que não posso falar em público. Estive cara a cara com o governador por uma hora. Eu apoiei, por duas vezes, o Deputado Jalser à presidência desta Casa. Em 2014 fui um dos coordenadores da campanha e em 2019 isso se repetiu. Quero aqui dizer a Vossa Excelência que não trato com intermediário, a conversa é entre “eu e você”, eu não trato com criador de boi. Quem não conhece, larga a política, a conversa é “eu e você”. E não vou fazer papel de bobo da corte, jamais farei, e disse ao governador e ele me pediu: me ajude! Eu disse a ele: vou lhe ajudar e quando quiser falar com o senhor eu vou ligar, o senhor vai na minha casa e eu vou na sua. Agora não vou ficar falando com gente em bares, que manda na Assembleia, que manda no governo etc... Eu não estou aqui à toa, fiz um grande sacrifício desde 2010 para me manter aqui e por isso quero ser respeitado. Obrigado!

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Bom dia, Presidente, Senhores Deputados. Bom dia, auditório, bom dia, servidores.

Uso esta tribuna para falar de algumas indicações que fiz semana passada, mas não tive oportunidade de subir nesta Tribuna devido ao feriado.

A primeira indicação foi feita no dia 1º de março, para que se cumpra a lei que foi aprovada, quando eu era funcionário da Governadora Suely Campos em 2017, que instituiu a Farmácia do Povo, que é um programa, um benefício para o Estado e para população. Nós sabemos da crise que nosso estado vive com relação à área da saúde, pela falta de abastecimento, não só em Roraima, como no Brasil todo. E o Programa Farmácia do Povo funciona da seguinte forma: você vai na unidade de saúde e se não tiver a medicação, você pega a receita do SUS e o Governo do Estado credencia algumas farmácias particulares para que possa receber essa medicação gratuitamente. E como essas farmácias vão receber do governo? Vão receber no encontro de contas durante o pagamento de ICMS, que será abatido no repasse de ICMS. Seria uma forma de o estado não gastar e a população receber a medicação gratuitamente, visto que muitas vezes não tem nas unidades de saúde.

Então, essa foi uma indicação feita no dia 1º de março, porque não sei se é de conhecimento do atual governo sobre isso, mas é muito importante, foi aprovado e sancionado, e que ainda não está sendo efetivamente utilizado.

Outra indicação do dia 07 de março é sobre a antecipação da campanha de vacinação da H1N1. Na época, se não me engano, já haviam sido confirmados 16 óbitos no Estado do Amazonas, estado vizinho. Hoje já são 24 óbitos e também na noite de ontem já houve um caso confirmado no estado de Roraima. Então, peço mais uma vez que antecipe essa campanha de vacinação para que a população possa se prevenir. O inverno está chegando e isso ajuda a aumentar o vírus. É uma forma de prevenir a população de Roraima.

Quero pedir à população de Roraima, quando começar a campanha de vacinação, que busque e se vacine, porque no ano passado, mesmo com a prorrogação de três meses a mais do que o esperado, só 60% da população prioritária foi vacinada. Isso é um alerta, é um pedido à população para que se vacine. Há o risco de vida, pois a H1N1 mata. Temos um caso confirmado aqui em Roraima e não podemos propagar essa doença aqui no Estado. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhores na plateia, senhores que nos acompanham pelo Facebook e TV Assembleia, meu bom dia.

Quero desejar um Feliz Dia das Mulheres, um pouco atrasado. Não estava aqui na sexta-feira e não participei da Audiência com as mulheres. Em nome da Dona Suely, Chefe do Patrimônio, quero saudar todas as funcionárias da Casa, a quais tenho muito carinho e respeito por todas. Em nome da Deputada Catarina Guerra e Deputadas Betânia, Ione, Tayla, Aurelina e Lenir, saudar todas as mulheres que estão na plateia.

Senhor Presidente, estivemos esse final de semana, juntamente com uma comitiva de Deputados no Estado do Amazonas, numa Audiência Pública para tratar sobre o Linhão de Tucuruí, problema que há anos vem se arrastando e, também, nessa oportunidade, estivemos ali cobrando e levando a preocupação da retirada daquele corrente do Jundiá, corrente que humilha e maltrata nosso Estado há muitos anos, e que por 12 horas neutraliza o Estado. Se você for computar tempo, dá seis meses durante o ano que o Estado fica parado. Levei essa preocupação para o estado do Amazonas. Qual empresário quer vir para Roraima investir num estado em que por seis meses fica acorrentado? Que indústria vai querer investir num estado que por seis meses fica parado? Foi uma das preocupações levantadas pelo Coronel Chagas, por mim e demais deputados, referente a essa corrente que tanto atrapalha o desenvolvimento do Estado. E o assunto principal foi o Linhão de Tucuruí, que é essencial para o desenvolvimento de Roraima.

Hoje também quero tocar em um assunto, publicado pelo Jornal Folha de Boa Vista, que me pegou de surpresa, onde diz assim: “Prefeitura pede cassação de mandato de Vereador”. Há uma representação assinada pela Procuradoria do Município de Boa Vista, protocolada na Câmara Municipal contra o Vereador Linoberg. Eu confesso que nunca vi isso na vida, é um caso inédito, mas está acontecendo aqui em Boa Vista.

Quero apresentar hoje nesta Tribuna uma Moção de Repúdio à Prefeita de Boa Vista e quero contar com as assinaturas dos deputados. Você imagina uma gestão querendo cassar um vereador, porque está fazendo seu papel de vereador, que é fiscalizar em nome do povo. Você imagina a Prefeita querendo tirar o mandato legítimo que o povo concedeu ao Vereador Linoberg, por ele está fazendo o seu papel. Boa Vista, nos últimos anos, se você prestar atenção, a atual administração tem feito desta cidade uma fábrica de multas, saqueando nosso povo. Por que eles querem tirar o Linoberg? Qual o interesse? É um vereador que não responde a nenhum processo, vereador que tem o nome limpo, que trabalha todos os dias para honrar os votos que recebeu. Que malfeito fez esse vereador? Eu vou dizer para vocês qual foi o malfeito. É fiscalizar e não deixar a atual gestão roubar o dinheiro do povo, que por anos foi levada a pagode. A prefeita, por anos, enganou nossa gente e hoje tem um vereador que faz a nova política, que não concorda com as velhas práticas e hoje tentam intimidá-lo e persegui-lo, ameaçando tirar-lhe o mandato que o povo lhe deu.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas**. – Deputado Jeferson, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo por trazer este assunto a esta tribuna, muito embora seja um assunto da Câmara Municipal, mas é muito importante porque é de interesse de toda a sociedade roraimense, que está acompanhando essa discussão. Vejo essa ação da Prefeita como uma tentativa de intimidação contra o Parlamento Municipal. Os vereadores foram eleitos pelo povo para representar os cidadãos boa-vistenses e, como tal, eles têm que usar de todos os meios e de todos os instrumentos possíveis para bem representar o povo, debater e aperfeiçoar as questões e as matérias. Inclusive, esgotados os instrumentos dentro do Poder Legislativo, podem usar e acionar a tutela jurisdicional do Estado. Nós estamos em um estado democrático de direito e isso é garantido na Constituição. Parece-me que os procuradores que assinaram essa petição alegam que o Regimento Interno da Câmara veda o vereador acionar ou peticionar na justiça contra a Prefeitura, mas, se isso estiver no

Regimento Interno, é inconstitucional. Para tanto, a Câmara de Vereadores tem que analisar este caso, porque não podemos concordar que no estado democrático de direito uma prefeitura que se vê questionada dentro do processo democrático possa mover uma petição para cassar um vereador. Não acredito que nenhum vereador vá se posicionar nesse sentido. Aliás, a Vereadora Aline Resende já demonstrou ao próprio Linoberg, e deve estar declarando hoje, na Câmara de Vereadores, a sua posição. Se houver algum dispositivo, podem ter certeza que é um dispositivo totalmente inconstitucional. Nós temos que ter o exercício da democracia e ele se dá através da oposição responsável, através do debate. Os vereadores, assim como os deputados, não podem ser simples carimbadores das coisas que vêm do Executivo. Sou líder do governo, mas, sem uma oposição, aqui, quem perde é a sociedade. Da mesma forma, sem uma oposição na Câmara de Vereadores quem perde são os municípios de Boa Vista. Parabéns pela sua postura e nossa solidariedade ao Vereador Linoberg. Obrigado.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Tayla Peres**. – Bom dia a todos. Quero me solidarizar com o Vereador Linoberg, meu amigo. Sempre vi seu trabalho, é uma pessoa muito competente, muito atuante e sempre está ao lado do povo. Quero muito assinar essa Moção com Vossa Excelência. Eu, quando vereadora, passei, por inúmeras vezes, por ameaças de cassação por parte de pessoas mandadas pela Prefeita. Quando ia fiscalizar alguma coisa sempre recebia ameaças de que se eu fiscalizasse, se eu falasse, iriam mandar a Vigilância Sanitária no meu supermercado. Então, eu já passei por isso e não concordo com esse tipo de situação. Por isso quero me solidarizar com o Vereador Linoberg e faço questão de assinar essa Moção com Vossa Excelência. Obrigada!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Nilton Sindpol**. – Quero corroborar as palavras do Deputado Chagas e da Deputada Tayla e lhes dizer que faço questão de assinar essa Moção com Vossa Excelência em favor do Vereador Linoberg. Nós não podemos nos calar, mesmo estando num Parlamento Estadual, diante dessa situação que estamos vendo, de forma clara e concreta, onde o Poder Executivo Municipal tenta calar, à força, uma voz legítima do povo. Por isso quero deixar claro que faço questão de assinar junto com Vossa Excelência esse documento. Conte comigo. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** continua. – Obrigado aos deputados que me apartearam. Gostaria de ressaltar, Deputada Tayla, que o que a senhora acaba de dizer aqui é muito grave. Imagine o que é os vereadores terem que trabalhar sob ameaça e chantagem! Que cidade é essa? A Teresa está achando que isso aqui é a Venezuela ou Cuba? Vivemos em um país democrático. Ela até pode ser casada com um cubano. Lá eles têm a ditadura deles, mas aqui é Brasil e ela tem que respeitar as leis deste país, tem que respeitar o Parlamento e a Câmara de Vereadores. Esse não é apenas um atentado contra o Vereador Linoberg, é um atentado contra a democracia. Hoje está acontecendo contra o Vereador Linoberg, amanhã poderá ser com outro e, se essa moda pegar, amanhã poderá ser um de nós aqui. Como falou o Deputado Chagas, a oposição é salutar no processo democrático. Um deputado de oposição sobe aqui na tribuna e questiona algo que não concorde no governo ou vai investigar o governo e, amanhã, a Procuradoria do Estado entra aqui nesta Casa para cassar um deputado! Que absurdo é esse! O mais engraçado de tudo isso é que eu nunca vi a Prefeita Teresa, em todos esses anos de política, questionar um mal feito, uma coisa errada do Senador Romero Jucá, que responde por inúmeros processos na justiça brasileira. Onde ela estava e por que não entrou com um processo de impeachment para cassá-lo no Senado Federal? Precisou o povo de Roraima tirá-lo, nas urnas, por não concordar com a política praticada pelo grupo dele. Estou falando de um homem que tinha muito poder em Brasília e, sem dúvida, é um dos maiores ladrões que este país já teve. Hoje você a vê atacar o Linoberg, amanhã vai atacar qualquer outro vereador que não concordar com ela. Quem merece responder um processo de impeachment é a dona Teresa, que responde por vários processos de impropriedade administrativa na Justiça Federal, em outras palavras, por roubar o dinheiro do povo, por roubar o nosso dinheiro. Eu me nego, Chagas, a acreditar, a pensar na possibilidade absurda de isso acontecer. Conheço o Vereador Mauricélio, é meu amigo, é uma pessoa que tem mostrado ser sensata... Eu não quero nem imaginar uma Câmara de Vereadores colocando isso em pauta, porque isso aí é um atentado contra a democracia e ela tem que responder à altura. O Vereador tem legitimidade de cobrar, de investigar e apontar os possíveis erros que a Prefeitura tem. Para isso foi eleito. No mais, Senhor Presidente, quero deixar registrado o abraço do Professor Sinésio, Deputado Estadual do Amazonas, para Vossa Excelência. Tive o privilégio de conhecê-lo e estendi o convite para que venha em Roraima fazer justiça, pois parecia que Roraima tinha mais um deputado no Parlamento defendendo a causa do nosso Estado, defendendo as bandeiras que o nosso Estado tanto luta para resolver.

Para finalizar, quero dizer que esta Casa, como nos discursos anteriormente feitos por mim, não vai se furtar ao papel de ajudar a resolver o problema dos terceirizados, que já se arrasta há muito tempo, do pessoal do ITERAIMA, enfim, dos concurreiros. O Presidente Jalsner tem se mostrado acessível e sensível a esta causa, chamando os concurreiros e terceirizados para uma conversa em quatro mãos, e tenho certeza que nenhum deputado se furtará em ajudar para que se encontre uma solução. No mais, era só isso, Presidente. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Jalsner Renier** – O Senhor Deputado Marcelo Cabral retirou a sua inscrição. Vamos evoluir para a Ordem do Dia e eu quero passar essa responsabilidade do aspecto proporcional, compartilhar com os senhores deputados, e aí eu quero chamar a atenção do senhor relator do orçamento do Estado que nós vamos incorporar na peça orçamentária a fixação dos salários das empresas terceirizadas, dos concurreiros referente à Polícia Militar de Roraima, em razão das dificuldades por qual o Estado passa e, também, vamos colocar em orçamento para que o Estado possa inserir, dentro de sua estrutura organizacional, os parâmetros legais para que sejam pagos, fixados na própria peça orçamentária os valores referentes ao pagamento das empresas terceirizadas no Estado. Em ato contínuo, será feito, como colocamos aqui nesta Casa em uma reunião consolidada com todos os Senhores Deputados, na frente do Senhor Governador, onde a Assembleia Legislativa abriu mão de recursos, juntamente com todos os poderes, para que esses recursos fossem aferidos na peça orçamentária para que a Polícia Militar mantivesse o seu concurso público em todas as fases. Essa é uma posição da nossa Casa e será compartilhada com todos os Senhores Deputados, uma vez que foi o entendimento comum no orçamento que logo, logo haveremos de votar. Na questão do ITERAIMA e da FEMARH, são situações as quais precisamos avaliar sob os aspectos técnicos, de tal maneira que esta Casa está aqui a postos para tentar ajudar e servir aquilo que realmente for favorável. Não podemos criar nenhuma expectativa sob o aspecto de frustração para nenhuma instituição, mas vamos fazer com que todas as leis que foram apresentadas nesta Casa sejam mantidas integralmente. Não podemos aceitar nenhuma ingerência sobre nenhum aspecto. A questão da arguição constitucional pode ser feita por qualquer ente, não há nenhum precedente que impeça isso, mas também não vamos permitir que nenhuma lei aprovada nesta Casa, seja motivo de interpretações individuais, seja de qualquer governo.

Há na pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Mensagem Governamental nº 013/19, de Veto Parcial ao Projeto de Lei 089/18, de autoria do Tribunal de Contas, que “dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências; Projeto de Lei nº 092/17, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de fornecer gratuitamente Equipamento de Proteção Individual-EPI para agricultor familiar e/ou trabalhador rural que esteja constantemente exposto a produtos perigosos”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 031/18, que “dispõe sobre o abono de falta ao trabalho de pais e responsáveis por alunos para participação de reuniões oficializadas no calendário escolar”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 03/19, que “altera a Lei nº 1.293, de 29 de novembro de 2018, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para pessoas portadoras de doenças graves e dá outras providências”, de autoria do Deputado Neto Loureiro; Projeto de Lei nº 05/19, que “proíbe o corte residencial do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias, por falta de pagamento, nos dias que especifica e dá outras providências”, de autoria do Deputado Renato Silva.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que as Comissões em conjunto possam analisar e emitir parecer às matérias pendentes de análise.

Após o tempo necessário.

O Senhor Presidente **Jeferson Alves** – Dou por reaberta a presente Sessão.

Informe que a pauta da Ordem do Dia fica transferida para a próxima Sessão. Passaremos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, às onze horas e vinte e cinco minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 14 de março, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Betânia Medeiros, Brito Bezerra, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Ione Pedroso, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Jeferson Alves, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renan Filho e Tayla Peres.**

**ATA DA 2740ª SESSÃO, EM 20 DE MARÇO DE 2019**  
**57º PERÍODO LEGISLATIVO DA 8ª LEGISLATURA**

= **ORDINÁRIA** =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JÂNIO XINGÚ**

(Em exercício)

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte de março de dois mil e dezenove, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima septingentésima quadragésima Sessão Ordinária do quinquagésimo sétimo Período Legislativo da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Jânio Xingu** – Convido o Senhor Deputado Jorge Everton para atuar como Primeiro-Secretário *ad hoc*.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – Senhor Presidente, há quórum regimental para o início da Sessão.

O Senhor Presidente **Jânio Xingu** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Jânio Xingu** – Em discussão a Ata da Sessão. Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-la, colocou-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei nº 013/19, de 19/03/19, de autoria do Deputado Renan Filho, que “dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para realização de projetos esportivos”; Requerimento de Pedido de Informação nº 02/19, de 18/03/19, de autoria Comissão Especial Externa criada através da Resolução nº 04/19 ao Secretário-Chefe da Casa Civil, solicitando informações e documentos em que conste a quantidade de empresas terceirizadas contratadas para prestação de serviços aos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado de Roraima nos anos de 2018 e 2019; Indicação nº 049/19, de 12/03/19, da Deputada Lenir Rodrigues ao Governo do Estado, para reforma e ampliação da Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, na Vila da Penha, município de Mucajá-RR; Indicação nº 050/19, de 14/03/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, para instalação de uma unidade do IML na cidade de Rorainópolis; Indicação nº 051/19, de 08/03/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, para que proceda à aquisição de viatura própria para a remoção de cadáver pelo IML; Indicação nº 052/19, de 13/03/19, da Deputada Ione Pedroso ao Governo do Estado, para retomada da realização de mamografias no Centro de Referência da Saúde da Mulher; Indicação nº 053/19, de 25/02/19, do Deputado Eder Lourinho ao Governo do Estado, para recuperação e recapeamento de um trecho da RR-203, a partir da Vila Brasil até a subida da Serra do Tepequém, município de Amajari; Indicação nº 054/19, de 25/02/19, do Deputado Eder Barcelos Brandão ao Governo do Estado, solicitando, em caráter de urgência, a recuperação do prédio da Feira do Produtor Rural, localizada na Avenida Glaycon de Paiva, bairro São Vicente, município de Boa Vista; Indicação nº 055/19, de 25/02/19, do Deputado Eder Lourinho ao Governo do Estado, solicitando, em caráter de urgência, a conclusão dos serviços de reforma da Feira do Passarão, localizada na Avenida Ataíde Teive, bairro Caimbé, município de Boa Vista; Indicação nº 056/19, de 25/02/19, do Deputado Eder Lourinho ao Governo do Estado, solicitando uma ambulância para atender a demanda do Hospital Ruth Quitéria, no município de Normandia; Memorando nº 030/19, de 15/03/19, de autoria do Deputado Nilton Sindpol, justificando sua ausência às sessões ordinária e extraordinária do dia 14 de março do corrente ano; Memorando nº 05/19, de 13/03/19, de autoria do Deputado Diego Coelho, justificando sua ausência à sessão plenária do dia 7 de março do corrente ano; Memorando nº 06/19, de 13/03/19, de autoria do Deputado Diego Coelho, justificando sua ausência às sessões plenárias dos dias 12, 13 e 14 de março do corrente ano; Memorando nº 045/19, de 07/03/19, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, justificando sua ausência à sessão ordinária do dia 7 de março do corrente ano; Memorando nº 015/19, de 14/03/19, de autoria do Deputado Chico Mozart, justificando sua ausência à sessão ordinária do dia 14 de março do corrente ano; e Memorando nº 019/19, de 14/03/19, de autoria do Deputado Jorge Everton, justificando sua ausência às sessões ordinárias dos dias 12, 13 e 14 de março do corrente ano.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Jânio Xingu** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** - Senhor Presidente, não há nenhum orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Jânio Xingu** - Não havendo nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos à Ordem do Dia, com a discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Projeto de Lei nº 031/18, que “dispõe sobre o abono de falta ao trabalho de pais e responsáveis por alunos, para participação de reuniões oficializadas no calendário escolar”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; Projeto de Lei nº 001/19, que “autoriza a cessão de arma de fogo aos servidores civis e militares das carreiras de segurança pública após a aposentadoria, reserva ou reforma e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jorge Everton; Projeto de Lei nº 006/19, que “autoriza o Poder Executivo a implantar o estudo da Constituição em miúdos nas escolas da rede estadual de ensino e dá outras providências”, de autoria do Deputado Renato Silva; Projeto de Lei nº 011/19, que “dispõe sobre a prestação de serviço em aparelhos que emitam radiação ionizante e não ionizante nos locais que especifica e dá outras providências”, de autoria do Deputado Jalsler Renier.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum para apreciação das matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jorge Everton** - Senhor Presidente, não há quórum regimental para apreciação das matérias.

O Senhor Presidente **Jânio Xingu** - Não havendo quórum regimental para apreciação das matérias, transfiro a pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Passaremos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Senhor Presidente, só para fazer um registro. Nesses dias, a nossa querida colega de bancada, Deputada Lenir Rodrigues, esteve ausente da Sessão, de forma muito justificada, porque estava representando a nossa Casa na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, falando sobre a experiência da Procuradoria Especial da Mulher, sobre essa experiência que a nossa Assembleia Legislativa de Roraima tem, desse trabalho edificante. Quero fazer esse registro e parabenizar a nobre colega pelo seu trabalho incansável e por bem nos representar. Soube, inclusive, que os comentários, logo após a palestra da Deputada Lenir, é que a nossa Procuradoria Especial da Mulher em Roraima é uma mini Casa da Mulher Brasileira, e isso nos enche de orgulho. Deputada Lenir, a senhora nos representou muito bem, nos sentimos honrados pela vossa presença e pelo trabalho da Procuradoria Especial. Parabéns! Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor Presidente, me junto ao Deputado Evangelista para parabenizar a Deputada Lenir, tão bem representando a Assembleia, a Procuradoria Especial da Mulher e o Chame, levando ao conhecimento de outros estados esse trabalho tão bem realizado aqui no estado de Roraima sob a sua liderança. Também, Senhor Presidente e caros colegas, para informar e convidar todos os deputados e servidores desta Casa para a solenidade que acontecerá amanhã, aqui neste Plenário, em homenagem ao aniversário de 100 anos da Ordem DeMoley no Brasil e 21 anos aqui no estado de Roraima. Então, nessa oportunidade, toda a família maçônica do estado de Roraima, as duas potências que são a Grande Loja e o Grande Oriente estarão presentes com suas famílias para participarem dessa justa homenagem aprovada por esta Casa.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** - Desculpa, Presidente, por interrompê-los, mas quero somar a minha palavra aos demais. Dizer que a palavra que a define como uma roraimense, parlamentar, realmente, é orgulho. Você conseguiu levar o nome do estado de Roraima além, sobre um assunto sério, importante, como comprovação de que, quando a gente quer fazer, as coisas podem acontecer. Então, quero me somar a esse orgulho, lhe parabenizar e dizer que a senhora pode contar com a gente para somarmos forças nessa bancada feminina a qual a senhora vem representando muito bem e quero ser aliada de Vossa Excelência nesse trabalho. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Jânio Xingu** - Deputada Lenir, também quero me juntar às palavras dos Senhores Deputados e dizer que Vossa Excelência tem se transformado em uma referência para este Poder no tocante ao CHAME. A senhora tem viajado o Brasil todo e é realmente comprometida com essa questão, e isso muito orgulha todos os parlamentares, pois quem ganha é o estado de Roraima.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Bom dia a todos. Quero agradecer aos deputados Evangelista Siqueira, Coronel Chagas, Catarina Guerra e Jânio Xingu e dizer que, realmente, eu fui apresentar não uma palestra, mas uma experiência, a experiência da Procuradoria Especial da Mulher que, em Roraima, a fundadora é a Deputada Aurelina Medeiros. A gente agradece esse protagonismo da Deputada Aurelina de

ter tido essa visão para criar a Procuradoria aqui em Roraima e, também, o protagonismo da então Deputada Marília Pinto, quando implantou o CHAME aqui em Roraima. Na verdade, fui apresentar essa experiência e, na verdade, hoje, nós estamos sendo uma referência para os demais estados do Brasil porque nós não estamos fazendo algo simplório, estamos executando, realmente, um trabalho. A Deputada Federal Carmen Zanotto, que é da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara, estava presente à Mesa e colocou como tarefa, em Santa Catarina, para eles fazerem um trabalho, como nós estamos realizando, pois nem a Câmara está tendo. Então, quem quiser ouvir a palestra, na íntegra, está no youtube da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ela foi gravada e transmitida pela TV/Ale de Santa Catarina ao vivo. Foi uma grande honra representar a Assembleia Legislativa de Roraima, os nossos pares e, também, quero agradecer a equipe da Procuradoria Especial da Mulher, do CHAME, do Núcleo Reflexivo Reconstruir, da Plataforma das Mulheres na Política e do Núcleo de Prevenção e Atendimento às Mulheres Vítimas de Tráfico de Pessoas. Levei, Deputado Xingu, as cartilhas que, inclusive... para quem não estava aqui no ano passado, Deputada Catarina, Deputada Ione, a nossa cartilha sobre o tráfico de pessoas foi considerada uma referência para o mundo como um instrumento educativo e ela vai ser traduzida para vários idiomas, garantindo a autoria da cartilha como da Assembleia Legislativa do estado de Roraima e vai conter a bandeira do Brasil e dos Estados Unidos. Com isso, a OIM já publicou, a custo zero, para a Assembleia Legislativa, como nossa autoria, a cartilha com a lei referente ao tráfico de pessoas. Acredito que esse reconhecimento nacional e internacional é algo que deve ser também reconhecido pela sociedade de Roraima, pelo trabalho que nós estamos desenvolvendo, todos os deputados e deputadas desta Casa. Então, eu só tenho a agradecer os deputados e deputadas desta Casa que dão apoio a esse trabalho.

O Senhor Presidente **Jânio Xingu** - Não havendo mais nenhum deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, às onze horas e quarenta minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 21 de março, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Betânia Medeiros, Brito Bezerra, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Ione Pedroso, Jânio Xingú, Jeferson Alves, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renan Filho, Renato Silva e Soldado Sampaio.**

## DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA  
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES  
 GERENCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES  
**COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO  
 FINANCEIRA, TRIBUTAÇÃO E CONTROLE.**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/19**

Em 26, de março de 2019.

Convocamos os Senhores Parlamentares, Membros da Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle, Deputados: Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Betânia Medeiros, Brito Bezerra, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Ione Pedroso, Jorge Everton, Jânio Xingú, Jeferson Alves, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Nilton da Sindpol, Odilon Filho, Renan Filho, Renato Silva, Soldado Sampaio e Tayla Peres para **reunião dia 27/03/2019, às 14 horas, na Sala de Reunião da Presidência, com a finalidade de deliberar o Projeto de Lei nº 078/2018**, que “Altera a Lei nº 1.241, de 22 de janeiro de 2018, que Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA 2018 e 2019”, o **Projeto de Lei nº 002/2019**, que “Altera dispositivos da Lei 1280, de 07 de agosto de 2018, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019” todos de autoria Governamental.

**Dep. Dhiego Coelho**  
 Presidente da Comissão

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA,  
 CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO Nº 001/2019,  
 EM 18 DE JANEIRO DE 2019.  
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER.**

Às dez horas do dia dezoito de março de dois mil e dezenove, na sala do bloco desta Casa Legislativa, deu-se a Reunião da Comissão Especial Externa criada por meio da Resolução nº 001/19, para analisar os processos de indicação de candidatos ao Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, nos termos dos artigos 268 a 272 do Regimento Interno desta Casa, em face de falecimento do Excelentíssimo Senhor



Essen Pinheiro Filho, composta pelos seguintes parlamentares: **Betânia Medeiros, Evangelista Siqueira, Jalsler Renier, Lenir Rodrigues e Neto Loureiro.**

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Solicito à Secretária desta Comissão que proceda à verificação de quórum para início dos trabalhos.

A Senhora Secretária **Josiane Salete** - Senhor Presidente, encontram-se presentes os senhores deputados: **Betânia Medeiros, Evangelista Siqueira, Jalsler Renier e Neto Loureiro.**

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberto os trabalhos desta Comissão.

Solicito à Secretária desta Comissão que proceda à leitura da Ata da Sessão Anterior.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Senhor Presidente, como o teor da Ata é de conhecimento de todos os Deputados membros da Comissão, solicito à dispensa da leitura da mesma.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Acato o requerimento verbal do Senhor Deputado. Dispensada a leitura da Ata, coloco-a em discussão. Não havendo quem quera discuti-la, coloco-a em votação. A Votação será simbólica. Os Deputados que concordam, permaneçam como estão. Aprovada.

Comunico aos Senhores Parlamentares que foi protocolado nesta Casa, o requerimento de desistência do Senhor Walker de Oliveira Thomé e da Senhora Maria Dantas Nobrega.

Diante do exposto, determino a exclusão dos nomes do Senhor Walker de Oliveira Thomé e da Senhora Maria Dantas Nobrega, do processo de escolha ao cargo de Conselho do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

Comunico aos Senhores Parlamentares que os candidatos possuem horário pré-determinados para serem sabatinados, conforme edital 003/19. Para tanto, solicito à Secretária desta Comissão que conduza o primeiro candidato a este recinto.

Solicito à senhora Relatora *ad hoc*, Deputada **Betânia Medeiros**, que proceda à leitura da ficha de identificação do candidato Francisco Lima Batista.

A Senhora Relatora, Deputada **Betânia Medeiros** – Ficha de identificação do Senhor Francisco Lima Batista, candidato ao cargo de Conselheiro o Tribunal de Contas do Estado de Roraima. Local da Arguição: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Data: 18/03/2019; Hora: 10h48min; Declarante: Francisco Lima Batista, Registro Geral 40.961 SSP/RR; CPF 199.882.652-04. Filiação: José Soares Batista e Maria de Nazaré Lima. Data de Nascimento: 27/10/1964; Profissão: Economista/Advogado; Nacionalidade: Brasileira; Naturalidade: Boa Vista/RR; Estado Civil: União Estável; Endereço Residencial: Rua das Orquídeas, nº 595 – Pricumã – CEP 69 309- 590.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Passo a palavra ao Senhor Francisco de Lima Batista para fazer suas considerações iniciais.

O Senhor **Francisco de Lima Batista** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o Deputado Jalsler, Presidente da Comissão e demais Deputado e dizer que estou à disposição da Comissão para essa sabatina inicial.

As minhas credenciais já estão no curriculum que dei entrada no protocolo. Estamos à disposição de todos. Seriam essas as minhas considerações iniciais.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Está aberto o espaço para que os Senhores Parlamentares façam seus questionamentos ao sabatinado.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Francisco, duas perguntas da minha parte. O que levou o senhor a preterir esse cargo de Conselheiro? E qual a sua atuação no serviço público estadual?

O Senhor **Francisco de Lima Batista** – O que levou foi o tempo que eu tenho de administração pública. Sou roraimense, de Boa Vista. Comecei na administração pública na antiga SUFRAMA, através de concurso, depois concursado, BANRORAIMA, BANER, e depois fiquei, uma época, na SEPLAN e SETRABES e entrei no Tribunal de Contas, concursado. Hoje sou concursado como economista, apesar de ser advogado.

O que me levou a participar dessa vaga foi o conhecimento adquirido ao longo dessa jornada dentro da administração pública, reputação ilibada por onde eu passei e o conhecimento que eu adquiri trabalhando no TCE.

O meu tempo de serviço público que eu coloquei no meu processo, foi de mais de 15 anos na administração pública.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Mais algum Deputado que queira fazer algum questionamento?

A Senhora Deputada **Ione Pedrosa** – Bom dia, Francisco. É uma satisfação ter você aqui. Tivemos a oportunidade de trabalharmos juntos

no TCE, e uma coisa que sempre me chamou muita atenção no Tribunal de Contas era a demora na questão dos julgamentos. Temos aí contas de gestões de 2006, 2008. Sei que, no tempo que estive trabalhando lá, eram feitos mutirões para dar celeridade a tudo isso. Mas o que o senhor, como técnico daquela Casa, pensa, como uma forma de trabalhar, para que esses julgamentos de gestões anteriores aconteçam na maior brevidade possível? O senhor tem alguma ideia, algum projeto para que realmente as coisas aconteçam com mais celeridade?

O Senhor **Francisco de Lima Batista** – Isso é o que todo mundo reclama do TCE, essa pendência, esse passivo. Só que há uma série de fatores. Falta de técnico. Hoje o sistema de controle externo nosso tem poucos técnicos e alguns estão em outros setores cedidos, pessoas capacitadas que algum Conselheiro pega e, aí, já diminui. E tem que capacitar. Por exemplo, o Ministério Público de Contas ele tem que ser capacitado porque todos os processos têm que passar por lá. Eles têm a competência institucional de ver essa parte jurídica. Então, o processo sem a análise deles é nulidade total. Aí eu entendo que através de capacitação. O processo eletrônico, eu não sei se a Assembleia já tem, hoje nós trabalhamos com o processo eletrônico SEI. É um processo grátis do TER. Ele disponibiliza para as entidades em que há interesse de usar esse processo. A gente está usando e realmente a celeridade aumentou no TCE, principalmente na área administrativa. Por quê? Porque, nesse processo, todo mundo tem acesso a ele dentro daquela assinatura eletrônica. Então, você não precisa estar levando processo de um lado para o outro. Você tem que aperfeiçoar e investir em tecnologia de informação, porque você não usa o papel, mas você tem lá a pasta de tecnologia com todos os ingredientes necessários para ele funcionar, porque ele armazena muitos dados e capacitação, não tem outra saída. Eu entendo que tantos os técnicos do controle externo como os da área administrativa, porque o tribunal todo faz o controle externo, às vezes, as pessoas pensam que não, que é só área fim. Eu entendo que o tribunal é uma área fim em tudo. Seria mais ou menos isso, Deputada Ione.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Continua aberto o espaço. Algum parlamentar deseja fazer alguma pergunta?

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** – Bom dia, Senhor Francisco. Que outras formas o Tribunal de Contas pode auxiliar o Poder Legislativo na fiscalização, além de emissão de parecer prévio às contas do Poder Executivo?

O Senhor **Francisco de Lima Batista** – Eu entendo que não tem como fugir. A gente faz parte do Legislativo, inclusive, a gente dividiu limite e estamos juntos. Quem tem a competência de fiscalizar é a Assembleia, com auxílio do controle externo do Tribunal de Contas e fortalecendo os controles internos. Quando a gente fortalece os nossos controles internos, em relação à sua pergunta, que é para ajudar a Assembleia, a gente melhora esse trabalho. Também, entendo que a gente tem dois instrumentos poderosos que podem ajudar muito a melhorar essa fiscalização e ajudar principalmente as prefeituras do interior pelos recursos delas, que são parcos. Seria a nossa Escola de Contas que está começando agora e a Escola de Contas da Assembleia que já vem fazendo um trabalho há muito tempo capacitando tanto as Câmaras Municipais como as prefeituras. Temos 15 municípios, a gente capacitando esses gestores, no final, na hora da prestação de contas, a gente vai ter esse retorno para a sociedade. Porque o Tribunal de Contas tem aquela história antiga que a finalidade era punir, atualmente, isso não existe mais. Qual a finalidade de um órgão fiscalizador? É na hora que você pegar a prestação de contas jurisdicionada, do gestor, de qualquer pessoa, essas contas sejam aprovadas sem ressalva, por quê? Porque vê que o recurso que foi investido ali atingiu a ponta, que é a sociedade. Vocês como representantes legítimos do povo têm as demandas de vocês, e devem ser diárias, mas vocês tem que ter alguém capacitado para atender a demanda de vocês, para lá na frente não ter problemas, quando vocês pegarem um cargo mais alto para algum entendimento. Então, seria nesse sentido, capacitando as prefeituras, as câmaras e os gestores, juntos, e a Escola do Legislativo com a Escola de Contas do TCE direcionado para essas prestações de contas. Eu entendo que a gente daria um passo muito grande para melhorar a área pública do nosso estado.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer mais pergunta. Agradeço a participação do Senhor Francisco de Lima nesta Comissão, bem como a dos Senhores Deputados. Gostaria de colocar o microfone à sua disposição para suas considerações finais.

O Senhor **Francisco de Lima Batista** – Primeiro, quero agradecer o tratamento recebido aqui por todos. Isso é importante. Sabemos que é uma vaga disputada e tem uma série de pré-requisitos para você participar, mas também entendo, como uma pessoa que está na administração pública, galgando o seu espaço, em cada degrau, que todos da sociedade que preenchem aquele requisito, tem que participar.

Foi o que eu fiz. Quero agradecer ao Deputado Jalsler e demais Deputados. Aqui quero fazer uma menção aos Deputados Evangelista e Catarina, pois, quando fui ao gabinete pegar as 8 assinaturas, me receberam de uma forma muito educada, me dando força para eu participar. Então, quero agradecer e parabenizar a Assembleia por esse processo. Isso faz parte. Quem for escolhido, isso é outro processo. O importante é participar. Gente como servidor público de carreira e que quer o bem deste estado, a gente tem que participar. Seriam essas as minhas considerações finais.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Muito obrigado, Francisco. Agradeço a sua participação. Esta Comissão registra a presença dos Deputados Nilton, Catarina, Betânia Medeiros, Neto Loureiro, Ione Pedroso e Evangelista.

Senhor Francisco, muito obrigado pela sua participação, pedimos que senhor possa se retirar para que a gente possa fazer a votação do seu relatório. É um procedimento do regimento desta Casa, mas, de antemão, quero agradecer a sua participação, a sua presença, e muito obrigado por também nos dar a oportunidade de conhecê-lo melhor sobre o aspecto técnico, que é o que esta Casa priva. Muito obrigado.

Solicito à Senhora Relatora, Deputada Betânia Medeiros que proceda à leitura do relatório.

A Senhora Relatora **Betânia Medeiros** - Lido o relatório.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Seguimos para votação. A votação será nominal. Votando “sim” os senhores Deputados acatam o nome do Senhor Francisco de Lima Batista, votando “não”, rejeitam-no.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Neto Loureiro, que proceda à chamada para votação

O Senhor Primeiro-Secretário, **Neto Loureiro** procede à chamada - Senhor Presidente, 03 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Dou por aprovado o nome do Senhor Francisco de Lima Batista com 03 votos sim, nenhum não e nenhuma abstenção.

Solicito à Secretária desta Comissão que conduza o segundo candidato, Senhor Kildo Pereira de Melo Neto à esta sala de reunião para sabatina.

Queremos, neste momento, dar às boas-vindas ao candidato Kildo Pereira de Melo Neto.

Neste momento estamos abrindo a Comissão para que o sabatinado possa fazer a sua explanação diante desta Comissão, que tem por finalidade se reunir e dar parecer a todos os candidatos que aqui estão se apresentando.

Senhor Kildo, muito obrigado pela sua presença, seja bem-vindo. O microfone está à sua disposição para suas considerações iniciais.

O Senhor **Kildo Pereira de Melo Neto** – Muito bom dia a todos, Senhoras e Senhores Deputados. Obrigado pela oportunidade que aqui estão me colocando. Estou à disposição para esclarecimentos, dúvidas e perguntas que tiverem e, claro, com toda a minha capacidade técnica e experiência eu assumi essa responsabilidade de estar concorrendo ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Então, me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** - Solicito à Senhora relatora que faça a leitura da ficha de identificação do candidato.

A Senhora Relatora, Deputada **Betânia Medeiros** – Ficha de identificação do Senhor Kildo Pereira de Melo Neto, candidato ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima. Local da Arguição: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Dia: 18/03/2019; Hora: 11h05min; Declarante: Kildo Pereira de Melo Neto; Registro Geral: 247.356; CPF 704. 515.592-15; Filiação: Neulimam da Silva Ferreira e Maira Campos de Melo; Data de Nascimento: 13/04/83; Profissão: Administrador; Nacionalidade: Brasileira; Naturalidade: Boa Vista/RR; Estado Civil: Casado; Endereço Residencial: Rua Desembargador Francisco Murilo Pinto, 397/2, Caçari.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Quero informar ao candidato que o seu currículo já foi registrado nesta comissão, somente a carta de identificação que é o que se refere o Regimento Interno da Assembleia, no tocante a arguição inicial.

Está liberada a palavra aos Senhores Deputados.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Bom dia, Senhor Kildo. O que lhe motivou a colocar o seu nome à disposição para concorrer ao cargo? Gostaria que o Senhor falasse um pouco da sua experiência no serviço público no estado de Roraima.

O Senhor **Kildo Pereira de Melo Neto** – Muito obrigado, Deputado. É muito pertinente a sua pergunta e fico agradecido porque vou conseguir explicar um pouco o que me motivou a acreditar que eu pudesse chegar a concorrer o Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas. Bom, pelo meu histórico, sou roraimense, filho de Roraima, minha família toda

daqui, graças a Deus. Ainda tenho a minha bisavó de 102 anos. Sou neto por consideração do Conselheiro Amazonas Brasil. Acredito que alguns aqui não o conheçam, até porque ele já se foi. Ele me tinha como neto e graças a Deus eu pude aprender um pouco sobre o Tribunal de Contas. Tive a oportunidade, no início da minha carreira, aos 18 anos, quando adentrei a faculdade, de receber o convite da Secretaria de Planejamento para trabalhar aos 18 anos de idade, para que eu pudesse ter essa experiência e vivência juntamente com a minha formação acadêmica. Passei 3 anos na Secretaria de Planejamento, aprendi muito sobre orçamento, LOA, PPA e outros relacionados a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse interim, tive a oportunidade de estar estudando Administração, ainda, na Faculdade Cathedral, na primeira turma, e para finalizar esse período, depois que eu saí da SEPLAN, eu recebi um convite para ser uma pessoa de confiança do então Conselheiro Reinaldo Neves. Então, eu tive experiência por dois anos dentro do Tribunal de Contas e pude desenvolver o trabalho com uma pessoa que auxiliava o Conselheiro Reinaldo Neves dentro do seu gabinete. Passado o tempo, eu me desloquei a Manaus e fui fazer uma especialização, antes de terminar a minha graduação, eu já estava inscrito na especialização para poder alcançar outros resultados e outros objetivos. Recebi também o convite para trabalhar em Manaus na Superintendência da Zona Franca de Manaus, após realizar um bom trabalho como analista na Suframa, durante três anos que permaneci em Manaus, e ao mesmo tempo contribuindo com o Poder Público. Paralelo a isso, fiz outra graduação, fiz MBA pela Fundação Getúlio Vargas e uma Especialização de Auditoria de Fiscalização Tributária, uma área que já atuava e tinha interesse, até mesmo por conta da minha experiência junto ao Tribunal de Contas e à Secretaria de Planejamento, aí fui fazer o MBA Gestão Financeira de Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas. Retornei a Boa Vista em 2008 e recebi o convite do então Governador para assumir o Controle Interno, da então criada Agência de Defesa Agropecuária. Logo no início. Foi o primeiro desafio na graduação, no início das atividades da Agência de Defesa Agropecuária, porque era o primeiro ano de prestação de contas da Agência e já assumi a responsabilidade de chefiar o Controle Interno e entregar as contas da ADERR. Fiquei lá por dois anos e, graças a Deus, as contas foram aprovadas sem ressalvas, e por aí já tive essa experiência e um contato a mais com Tribunal de Contas, novamente. E vim também logrando êxito na minha carreira profissional de administração, a qual fazia parte de consultores do SEBRAE. Eu tive, além da questão da capacitação, tive oportunidade de trabalhar na parte de consultoria paralela às minhas atividades de serviços públicos, aproveitei e fiz outra pós-graduação na área de empreendedorismo, que me fortaleceu ainda mais nessa área. E, depois que saí da Agência de Defesa Agropecuária, recebi o convite para assumir a Diretoria de Trabalho, Emprego e Renda do SETRABES, no qual fui responsável por várias pessoas que estavam na minha gestão, e que, também, me deram a responsabilidade de assumir atualização do Crédito Social. Então, toda parte logística e estrutural, parte de cadastramento, que teve em 2015, dos beneficiados do crédito social, eu organizei e coordenei a atuação nesse sentido. Não permaneci por muito tempo no SETRABES, mas assim mesmo continuei minha vida acadêmica, fiz outro MBA pelo e IPOG aqui em Boa Vista, Direitos Tributários e Contabilidade. Então sempre segui nessa área e sempre busquei a parte pública e também a questão do conhecimento. Recentemente recebi o convite do Tribunal de Justiça para realizar um trabalho como Subsecretário. Então, na minha contabilidade, desde de 2001 venho atuando no serviço público, tenho mais de 10 anos atuando no serviço público, como também no Conselho REGIONAL de Administração, com atividades sempre voltadas à administração, controle, auditoria e parte contábil. Nunca deixei de atuar nessas áreas. O que me motivou a ser um Conselheiro no Tribunal de Contas foi porque sempre segui essa linha da administração, da parte financeira, contábil e nunca desvinculei da minha atividade e da minha formação. Sempre busquei esses desafios e sempre busquei essa capacitação para que pudesse justamente alcançar aquele objetivo que é ser Conselheiro do Tribunal de Contas, por justamente ser motivado no início e ter definido objetivos para ser Conselheiro no Tribunal de Contas.

O Senhor Presidente **Jalsler Renier** – Continua em aberto para perguntas de qualquer Deputado.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Bom dia, Senhor Kildo. De acordo com a instituição, tratam o Tribunal de Contas como um órgão auxiliar do Poder Legislativo, entretanto a Lei de Responsabilidade Fiscal o trata como um órgão que faz parte do Poder Legislativo. Qual a visão do Senhor, acerca da posição institucional do Tribunal de Contas?

O Senhor **Kildo Pereira de Melo Neto** – Nobre Deputado, é importante a participação do Tribunal de Contas em apoio a Assembleia Legislativa, órgão que está diretamente ligado, principalmente para legislar as questões de prestações de contas, tanto das unidades administrativas diretas e indiretas, autarquias. A importância do Tribunal de Contas para

o estado, como um todo, é justamente trabalhar no viés que acabei identificando, principalmente na parte orçamentária, financeira, contábil, operacional e administrativa, a fim de regulamentar e orientar, no sentido de que essas instituições possam cumprir a lei de responsabilidade fiscal e suas atribuições que são delegadas. O importante também, e salutar, que a importância do controle interno dentro das instituições fortalece ainda mais a parceria com o Tribunal de Contas, porque ele acaba gerando informações que sejam condizentes a todo serviço realizado pelo controle externo do Tribunal de Contas e auxilia, também, a Assembleia nesse viés legislativo para que possa trabalhar as contas e todos os gestores estarem de acordo com a lei.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** – Bom dia, Senhor Kildo.

Qual a contribuição que o Senhor acredita que pode dar ao estado de Roraima como conselheiro do Tribunal de Contas?

O Senhor **Kildo Pereira de Melo Neto** – Obrigado pela pergunta, Deputada.

A minha contribuição, eu estando na minha idade de 35 anos, dentro dos limites aqui solicitados para ser Conselheiros, além da minha experiência que tive com as instituições públicas e de controle, a qual eu citei, a questão do conhecimento que busquei e tive oportunidade de trabalhar nesses órgãos e poder mostrar resultados para que pudesse lograr com êxito essa vaga. É importante que, nessa parte técnica, o Tribunal possa ter alguém que possa desenvolver as atividades que são elencadas dentro das atribuições do Tribunal. Principalmente, que possa contribuir para que o Tribunal se desenvolva na parte da modernização e atualização dos processos administrativos e operacionais e, ao mesmo tempo, eu posso contribuir para questão da melhoria do Tribunal, principalmente na educação, que acredito que seja importante delegar essa educação, essa atribuição junto às prefeituras e outros órgãos que são necessários, principalmente relacionados a questão de prestação de contas. Então, acredito que eu possa, com toda minha experiência e conhecimento técnico, ajudar o Tribunal a melhorar a relação com os poderes.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum Deputado que queira fazer nenhuma pergunta ao Senhor Kildo, esta Presidência agradece a sua presença. É uma satisfação imensa tê-lo na companhia da nossa Comissão. Tenha certeza que essa Comissão foi criada no intuito de fazer o melhor e proporcionar o que realmente achar necessário que é atribuição dos documentos, dos currículos dos candidatos, e o Senhor tem um currículo, neste estado, de muito trabalho. Pode ter a certeza que esta Comissão vai analisar de acordo com o que prima o Regimento Interno. O Senhor pode fazer suas considerações finais.

O Senhor **Kildo Pereira de Melo Neto** – Quero agradecer aos nobres Deputados e Deputadas e me coloco à disposição para que possa ter êxito nesse cargo e peço o voto de cada um de vocês. Muito obrigado e ótimo dia a todos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Obrigado, Senhor Kildo. Nós que agradecemos. Peço que se retire para que possamos votar o seu Parecer, que vai ser analisado nessa Comissão e posteriormente levado ao Plenário. Muito obrigado.

Solicito à Senhora Deputada **Betânia Medeiros** que faça a leitura do seu Parecer.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** – Lido o Parecer.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão o Parecer. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será nominal, votando “sim” os Senhores Deputados acatam o Parecer e votando “não” rejeitam o nome do Senhor Kildo, ora sabatino nesta Comissão.

Solicito ao Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** que proceda à chamada dos Senhores Deputados.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** procede à chamada para votação – Senhor Presidente, o referido nome recebeu 03 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por aprovado o nome do Senhor Kildo Pereira de Melo Neto.

Solicito à Senhora Secretária da Comissão que conduza o terceiro candidato o Senhor **Francisco José Brito Bezerra**.

Agradecemos a presença do candidato **Francisco José de Brito Bezerra**, a quem passamos inicialmente a palavra para suas considerações iniciais.

O Senhor **Francisco José de Brito Bezerra** – Bom dia Presidente, caros colegas Deputados, servidores da Casa, imprensa aqui presente. É uma honra estar hoje aqui nesta Casa, Casa do povo, na qual passo parte como Deputado, e, hoje, estar aqui participando desta sabatina, onde pleiteio o cargo de Conselheiro de Contas do Estado de Roraima, volto a dizer, é uma honra estar aqui com vocês, obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito à Senhora

Relatora **Betânia Medeiros** que proceda à leitura da ficha de identificação do candidato.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** – Ficha de identificação do Senhor **Francisco José Brito Bezerra**, candidato ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

Local da Arguição: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Data: 18/03/2019; Hora: 11h22min; Declarante: **Francisco José Brito Bezerra**. Registro Geral: 211.9394/91- SSP/CE. CPF: 462.202.913-87. Filiação: **Francisco Tequildo Bezerra de Moraes e Maria do Socorro Brito Bezerra**. Data de Nascimento: 26/05/72; Profissão: Administrador de Empresa; Nacionalidade: Brasileira. Naturalidade: Milagres – CE. Estado Civil: Divorciado. Endereço Residencial: Rua: Rotary, 94. Bairro: Mecejana.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Está aberto para sabatina, momento que os Senhores Deputados podem proceder às perguntas que acharem necessárias.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Deputado **Francisco José Brito Bezerra**, ora candidato ao cargo Conselheiro do Estado de Roraima, vou fazer a mesma pergunta que estou fazendo a todos os candidatos. O que lhe motivou a estar aqui hoje pleiteando essa vaga ao cargo de Conselheiro? Em seguida, os seus préstimos, enquanto parlamentar, na vida pública, ao estado de Roraima – o que é inegável. Eu, como seu companheiro de parlamento, tenho comprovado isso ao longo das suas últimas legislaturas, uma como participante social e, outra, já aqui na Casa, tive a oportunidade de conviver e sei dos seus préstimos como parlamentar. Como você pretende contribuir com o estado de Roraima nessa nova função, caso seu nome seja aprovado por esta Casa?

O Senhor **Francisco José Brito Bezerra** – Muito obrigado, Deputado e colega parlamentar **Evangelista Siqueira**. É fato, como parlamentar, como servidor público, como empresário, eu, modesta parte, tenho sim contribuído com o desenvolvimento econômico e social do nosso estado. Como parlamentar, então, foram duas legislaturas completas e agora a terceira, e os colegas que puderam conviver comigo sabem da vontade que tenho de trabalhar sempre por um Roraima melhor. Mas, como Conselheiro, se eleito for por esta Casa Legislativa, tenho certeza que posso contribuir muito mais, claro, como Conselheiro, no sentido de apreciar as contas públicas, no sentido de trabalhar para que os serviços públicos sejam bem investidos e que possamos ter a transparência necessária para que esses recursos tragam o melhor para o povo do nosso estado. Como membro daquela Casa, é uma Casa que orgulha nosso estado, e acredito que quase todos e, em especial, aos candidatos que aqui estão, é uma Casa que orgulha os seus, é uma Casa auxiliar deste Poder. Portanto, vou me sentir muito à vontade por saber que aquela Casa tem laços com esta Casa. E todos nós, juntos, com minha experiência de parlamentar, com certeza absoluta, podemos somar forças e ajudar ainda mais o nosso estado de Roraima, eu estando no Tribunal de Contas.

A Senhora Deputada **Ione Pedroso** – Bom dia. É uma satisfação em tê-lo aqui conosco. Vou fazer uma pergunta bem pertinente, porque acredito que, na condição de político, tem que pensar nos órgãos. Sabemos que o Tribunal de Contas é um órgão fiscalizador e acompanha a aplicação dos recursos públicos. Deputado, se a gente for buscar em dados, nos últimos 15 anos, nós temos os últimos prefeitos que passaram, todos estão com o CPF sujo. O Senhor na condição de político e hoje concorrendo a vaga do Tribunal de Contas... a gente sabe também que a disponibilidade até para divulgação e de conduzir também a prestação de contas, de prestar essa conta, de sair do interior, a gente sabe que é complicado por conta da internet, enfim, de todo aparato que o interior não possui como as instituições aqui da capital. O que o Senhor pensa, se é algo educativo ou se tem algum projeto para que realmente essas prefeituras se desenvolvam, porque muitas vezes não é que os prefeitos desviem esses recursos, e sim que esses recursos não são prestados da forma correta.

O Senhor **Francisco José Brito Bezerra** – Obrigado Deputada **Ione**, muito me honra, pela terceira vez estou dizendo, de estar aqui com os colegas. É fato que as prefeituras do nosso estado têm muitos problemas no sentido da prestação de contas, sobretudo com convênio. Isso se dá por falta de recursos para que sejam aplicados num corpo técnico para que possa assessorar o prefeito nessa prestação de contas. Você fez uma observação importantíssima, muitas vezes não é malversação do dinheiro público, é falta de um corpo técnico competente para que possa até, de maneira preventiva, ajudar as prefeituras fazendo essa prestação de contas. Como o Tribunal de Contas tem essa legitimidade de atuar de forma preventiva, eu pretendo sim me aproximar das prefeituras, dos prefeitos e de sua equipe técnica, para que possamos estar ali no sentido de colaborar com as prefeituras para que essas prestações de contas venham de forma atender a legislação e para que eles não tenham, como Vossa Excelência disse, os CPFs sujos, e que possamos prestar contas para o bem do recurso público e

dos municípios que precisam tanto de uma boa aplicação.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – O espaço continua aberto.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** – Bom dia, Deputado Brito. Apenas para complementar a pergunta do Deputado Evangelista, o Senhor já participou de outros processos para indicação para vaga de Conselheiros do Tribunal de Contas? E o que o Senhor entende por idoneidade moral e reputação ilibada? E se o senhor se considera detentor destas qualidades.

O Senhor **Francisco José Brito Bezerra** – Deputada Betânia, eu não participei de nenhum outro processo como candidato. Em outras legislaturas, passaram nomes por aqui que foram apreciados e que eu tive a honra de estar presente, assim como os colegas. Mas como candidato é a primeira vez. Idoneidade moral e conduta ilibada, hoje se comprovam através, muitas vezes, das documentações necessárias dos órgãos onde auferem essa conduta. Portanto, essas certidões nos dão de forma muito legítima, e aqui no meu currículo vocês podem ter certeza que encontraram todas essas certidões e que auferem essa conduta ilibada. Mas essa conduta ilibada vem da conduta moral do cidadão, da forma respeitável que você trata os demais, como se trata os seus pares no seu trabalho. A reputação ilibada, ela, vai muito além dessa coisa palpável que são as certidões, ela vai da sua conduta com a família, com o cidadão, com os colegas e tem muito a ver com a ética. Eu me considero sim, que tenho uma conduta ilibada, e me considero uma pessoa que preenche os requisitos de forma objetiva e também de forma subjetiva. Espero ter respondido à pergunta de Vossa Excelência.

O Senhor Presidente da comissão **Jalser Renier** – Eu gostaria de agradecer a presença do candidato Francisco José Brito Bezerra nesta comissão, e passo a palavra para suas considerações finais.

O Senhor **Francisco José Brito Bezerra** – Senhor Presidente Jalser Renier, que já convivemos aqui há oito anos como Deputados, e agora no início de uma nova legislatura, podendo estarmos juntos durante doze anos. Colegas que chegaram agora que eu tive a honra de conhecer, eu quero dizer a vocês que para mim é uma grande honra ser Deputado aqui nesta Casa Legislativa e estar ao lado de vocês. Também será uma honra se aprovado for por esta comissão, e poder ser julgado em plenário pelos demais colegas. Quero apenas dizer que não altera em nada a votação de Vossas Excelências no que diz respeito ao meu respeito por vocês, à amizade, ao companheirismo e ao carinho que tenho por todos. Muito obrigado por me receberem de forma carinhosa e de forma tão autêntica. Muito obrigado aos servidores da Casa e a imprensa, enfim, muito obrigado a todos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Esta comissão agradece a presença do candidato Francisco José Brito Bezerra. Pede agora para que ele possa retirar-se da comissão, para que a comissão possa reunir-se secretamente e decidir o nome do sabatinado. Agradecemos imensamente a sua participação e registramos a presença do Deputado Chico Mozart, presente também nesta comissão. Muito obrigado.

Solicito a senhora relatora, deputada Betânia Medeiros, que faça a leitura do seu parecer.

A Senhora Relatora Deputada **Betânia Medeiros** – Passando a análise, verifica-se no currículo apresentado pelo Senhor Francisco José Brito Bezerra, que sua formação acadêmica em Administração pela Faculdade Atual da Amazônia, bacharel em Direito pela Faculdade Atual da Amazônia, entre outros que o habilitam tecnicamente para o cargo proposto. Assim, com base na argumentação acima, emitimos parecer favorável para a indicação do senhor Francisco José Brito Bezerra, para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Roraima. É o parecer.

O senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Seguimos para a votação. A votação será nominal. Votando sim, os Deputados acatam o nome do Senhor Francisco José Brito Bezerra. E votando não, os Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor Deputado Evangelista Siqueira que proceda à chamada nominal dos Deputados para a votação.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Proceda à chamada. Senhor Presidente, três votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Aprovado o nome do senhor Francisco José Brito Bezerra, para o cargo de Conselheiro em plenário.

Solicito ao Secretário desta comissão que conduza o quarto candidato, o senhor José Lurene Nunes Avelino Junior à Sala de Reunião.

Queremos dar as boas-vindas ao candidato José Lurene Nunes Avelino Junior. Gostaria de inicialmente, antes das apresentações da sua ficha técnica, passar a palavra ao sabatinado.

O senhor candidato **José Lurene Nunes Avelino Junior** – Bom dia a todos. Bom dia presidente Jalser, deputados aqui presentes e membros da comissão especial. Eu só quero agradecer a oportunidade de estar

participando deste processo de escolha do próximo conselheiro do Tribunal de Contas de Roraima. E por entender que reúno condições e preencho todos os requisitos para participação ao cargo. Pelas experiências de muitos anos trabalhando no Tribunal de Contas e na administração pública. Gostaria... O que eu fiz de submeter meu nome a escolha dos deputados, sabedor que essa é uma vaga que pertence a Assembleia, pois a escolha dos membros do Tribunal de Contas das sete vagas, quatro são da Assembleia. E estou aqui, neste momento, colocando meu nome para ser sabatinado. Agradeço muito a oportunidade.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito à senhora relatora Betânia Medeiros que faça a leitura da ficha de identificação do candidato.

A Senhora Relatora Deputada **Betânia Medeiros** – Ficha de Identificação do Senhor candidato José Lurene Nunes Avelino Junior, candidato ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima; Local da Arguição: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Data 18/03/2019; Hora: 11h38min; Declarante: José Lurene Nunes Avelino Junior; Registro Geral: 70.644 SSP/RR; CPF: 275067892-72; Filiação: José Lurene Nunes Avelino e Lizete Marcelino Tomé Avelino; Data de Nascimento: 27/03/1970; Estado Civil: Casado; Nacionalidade: Brasileiro; Profissão: Delegado de Polícia Civil do Estado de Roraima; Engenheiro Eletricista e Bacharel em Direito; Endereço Residencial: Rua Iate, nº 139, Caçari.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Está aberto o espaço para que os Senhores Deputados possam fazer algum questionamento, alguma pergunta ao sabatinado.

Deputado Evangelista, com a palavra.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor candidato Lurene, duas perguntas: O que lhe motivou a colocar seu nome na disputa ao cargo de Conselheiro no Tribunal de Contas do Estado Roraima? E que o Senhor fale a respeito da sua vida no serviço público.

O Senhor candidato **José Lurene Nunes Avelino Junior** – O motivo que me traz aqui nesse processo de escolha do próximo Conselheiro é a minha formação profissional e a minha experiência profissional na administração pública. Eu tenho atualmente quase trinta anos na administração pública, exercendo várias atividades e, entre elas, as principais, eu fiz no Tribunal de Contas do Estado de Roraima. No Tribunal de Contas, eu já fui assessor de Conselheiro, assessor da Presidência, Consultor Jurídico. Trabalhei, em grande parte, na formulação e elaboração de muitas leis que estão vigentes hoje; no regimento interno, lei complementar nº 06/94, lei orgânica. Trabalhei nesse processo de várias alterações e também militei junto a esta Casa na tramitação destas leis e muitas outras leis. Conheço o processo legislativo e conheço muito bem o papel do Tribunal de Contas como órgão auxiliar do Poder Legislativo, já que o controle externo é exercido por esta Casa, conforme determina o art. 49 da Constituição Estadual, e o Tribunal de Contas é um órgão auxiliar, assim previsto no parágrafo único desse artigo. Desempenha um papel fundamental para a nossa sociedade, porque é um órgão responsável pela fiscalização da parte contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos que mexem e lidam com o recurso público. Todos os administradores que tratam de recursos devem ser fiscalizados. E essa missão, assim como é determinado na Constituição Federal no art.71, também o é determinado pela Constituição Estadual, que determina que este Poder fiscalize todos aqueles que tratam dos recursos públicos com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Roraima. Então o Tribunal, em alguns casos, faz a análise e o julgamentos da grande maioria, e nas contas de governo, a Assembleia o faz com a ajuda do Tribunal de Contas. Então, pelos anos que assim trabalhei, trabalhando também no Executivo, também já trabalhei nesta Casa como assessor da Presidência por um período, sei que reúno condições de contribuir para o nosso estado e ser esse braço da Assembleia na fiscalização e no cuidado dos recursos públicos.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Continua em aberto. Deputado Neto Loureiro, com a palavra.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Bom dia, Senhor José Lurene. Na sua opinião, o Senhor acredita que as competências, conferidas ao Tribunal de Contas, são suficientes para que eles exerçam seu papel institucional?

O Senhor candidato **José Lurene Nunes Avelino Junior** – Só me explique um pouco melhor o que o senhor fala sobre as competências, pois não entendi a pergunta, por favor.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Se os Poderes que os Conselheiros têm são suficientes para que eles exerçam o seu trabalho institucional. O Senhor acredita que tem que mudar algo em relação a isso ou que os Poderes que eles têm são suficientes para que exerçam esse trabalho com maestria?

O Senhor candidato **José Lurene Nunes Avelino Junior** – Os Poderes são mais que suficientes. Isso está previsto. Acho que todos sabem

aqui que a criação dos Tribunais de Contas foi idealizada pelo grande jurista Ruy Barbosa, que previu na Carta Magna que deveria existir uma fiscalização das contas públicas por um órgão independente ligado ao Legislativo. Sendo o Legislativo ligado ao povo e os recursos públicos vêm do povo, criaram os Tribunais de Contas ligados às Casas Legislativas. Eles têm grandes atribuições, tem as mesmas paridades de atribuições que um Desembargador do Tribunal de Justiça. Então, tem prerrogativa de foro e uma estrutura muito grande ligada à Assembleia, onde ele faz um compartilhamento dos recursos e dividimos a Assembleia com ele, os limites de pessoal que é um problema muito grande. Recentemente, o STF decidiu questionar a divisão, temos até uma lei sobre questionamento, aí, do percentual dos 3% (três por cento) da Lei de Responsabilidade Fiscal que fixa para a Assembleia e Tribunal de Contas. Mas as atribuições, a estrutura formada hoje é muito boa e tenho certeza que é um órgão que tem todas as condições e dá ao Conselheiro o aparato necessário para a fiscalização do dinheiro público.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Continua em aberto. A Senhora Relatora Deputada Betânia Medeiros com a palavra.

A Senhora Relatora, Deputada **Betânia Medeiros** – Bom dia, senhor Lurene. Além da emissão de parecer prévio às contas do Poder Executivo, de que outras formas o Tribunal de Contas pode auxiliar o Poder Legislativo?

O Senhor candidato **José Lurene Nunes Avelino Junior** – Como eu falei anteriormente, existe uma divisão doutrinária e já praticada na jurisprudência sobre as contas de gestão e as contas de governo. O Tribunal, ele, julga aqueles administradores que lidam diretamente com o dinheiro, o ordenador. Mas excetuando o caso do Chefe do Poder Executivo, que é o Governador, aonde ele apenas emite o parecer e auxilia a Assembleia. A Assembleia que detém a competência para o julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo, assim, também, como nos municípios, assim o faz o Tribunal de Contas, auxilia as Câmaras Municipais ao julgamento do Prefeito. Mas ele pode ser provocado. Ele pode fazer isso, qualquer fiscalização concomitante em qualquer obra, em qualquer gasto, em qualquer contrato, a qualquer tempo, por iniciativa própria ou por provocação do Poder Legislativo. Então, esta Casa, este poder, pode, a qualquer momento, provocar o Tribunal de Contas, solicitar que ele faça uma fiscalização, auditoria, em qualquer contrato, em qualquer despesa, de qualquer órgão público da administração direta ou indireta do estado de Roraima. Assim, também, faz com a despesa de pessoal, assim, também, faz com aposentadorias, assim, também, faz com qualquer processo que direta ou indiretamente envolva o gasto de recurso público.

O Senhor Presidente da Comissão **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer mais questionamentos ao Senhor Lurene, eu gostaria de agradecer a sua presença a esta comissão, e passo a palavra para suas considerações finais para que, em seguida, possamos encerrar a sabatina e, em seguida, fazer a votação do seu nome para que esteja apto a concorrer à vaga.

O Senhor candidato **José Lurene Nunes Avelino Junior** – Muito obrigado, Presidente Jalser. Muito obrigado, Deputados que formam a comissão. O processo para esta vaga tem sido de uma publicidade exemplar. A sociedade está acompanhando. Nós temos visto isso e presenciado na imprensa o local, a divulgação dos nomes, as etapas, e isso é muito importante para que esse processo, realmente, transcorra com todos os requisitos e revestimentos de legalidade e lisura. Quero agradecer, mais uma vez, esta oportunidade e parabenizar essa comissão que está trabalhando de forma muito competente, muito aplicada, neste processo para indicação do próximo membro do Tribunal de Contas do nosso estado. Muito obrigado. Parabéns.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Esta comissão agradece a presença do candidato José Lurene Nunes Avelino Junior, pede agora para que ele possa retirar-se da comissão, para que a comissão possa reunir-se secretamente, e decidir o nome do sabatinado.

Solicito à Senhora Relatora, Deputada Betânia Medeiros, que faça a leitura do seu parecer.

A Senhora Relatora, Deputada **Betânia Medeiros** – Passando a análise, verifica-se no currículo apresentado pelo Senhor José Lurene Nunes Avelino Junior que sua formação acadêmica em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Amazonas, bacharel em direito pela Universidade Federal de Roraima, entre outros que o habilitam tecnicamente para o cargo proposto. Assim, com base na argumentação acima, emito parecer favorável para a indicação do senhor José Lurene Nunes Avelino Junior para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Roraima. É o parecer.

O Senhor Presidente da comissão **Jalser Renier** – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Seguimos para a votação. A votação será nominal. Votando “sim”, os Deputados acatam o nome do Senhor José Lurene Nunes Avelino Junior. E votando “não”, os Senhores Deputados

rejeitam.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** procede à chamada - Senhor Presidente, a matéria recebeu três votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por aprovado o nome do senhor José Lurene Nunes Avelino Junior, para participar da votação em plenário.

Solicito ao Secretário desta comissão que conduza o quinto candidato, o senhor Mario Souza da Rocha à Sala de Reunião.

Queremos dar as boas-vindas ao candidato Mario Souza da Rocha. Passo a palavra para suas considerações iniciais, e, em ato contínuo, a relatora fará a apresentação da sua ficha técnica. O microfone está à sua disposição.

O Senhor **Mário Souza da Rocha** – Excelentíssimo Senhor Deputado Jalser Renier, Presidente desta Casa e Comissão; Excelentíssima Senhora Deputada Betânia Medeiros; Excelentíssimo Senhor Deputado Neto Loureiro, Excelentíssimo Senhor Deputado Evangelista Siqueira; Excelentíssima Senhora Deputada Ione Pedroso, estou me tremendo aqui mais do que vara verde (risos). Senhoras e senhores, o Estado, como instrumento de organização política da comunidade, deve ser estudado como um sistema de funções que disciplinam, coordenam os meios para atingir determinados objetivos e conjunto de órgãos destinados a exercer suas funções. Na concepção aristotélica, o Estado tem como finalidade básica a segurança com o objetivo de manter a ordem política, econômica e social; o desenvolvimento com o objetivo de promover o bem comum. Organizado o Estado, foram necessários meios indispensáveis para manter sua existência e cumprir suas múltiplas necessidades políticas, administrativas, econômicas e financeiras, sendo essa última a que se preocupa em manter, gerir, aplicar os recursos necessários para fazer funcionar as instituições. As atividades do Estado estão concretizadas nos objetivos nacionais que fornecem os critérios norteadores da política financeira adotada. Estudiosos em finanças públicas defendem que as atividades do Estado deveriam limitar-se ao estritamente necessário, tais como: defesa, justiça, diplomacia e obras públicas, na qual as funções públicas eram consideradas um mal necessário até as teorias mais modernas das finanças funcionais do estado intervencionista, influenciando o processo de formação e distribuição de riquezas. Em um Estado moderno, as finanças públicas não são só um meio de assegurar a cobertura para as despesas do governo, mas, também, fundamentalmente, um meio de intervir na economia e exercer pressão sobre a estrutura produtiva e de modificar as regras de distribuição de renda. Com esse instrumental, as finanças públicas, de simples provedoras de recursos, passam a confundir-se com a nova finalidade do Estado, qual seja: a de estabelecer um equilíbrio geral das estruturas institucionais jurídicas, políticas, moral e religiosas, o que ultrapassa, e muito, o conceito clássico e estrito do equilíbrio orçamentário. Desse modo, as finanças públicas envolvem toda a ação do Estado para satisfação das necessidades coletivas e, como consequência, o estudo da convivência e a oportunidade da adequabilidade das ações a serem desenvolvidas para o atendimento de tais necessidades. As finanças públicas classificam-se como positivas, que observa e explica a uniformidade, o comportamento do Estado. Finanças normativas que dizem respeito ao estudo das regras e normas ao que o Estado deve subordinar-se para melhor atingir seus fins. É nesse ambiente que a contabilidade estuda a atividade financeira do Estado, o que compreende o estudo da receita, da despesa, do orçamento e do crédito público, bem como todos os demais reflexos, decorrentes da ação dos administradores, que tenham impacto sobre o patrimônio. Além disso, a contabilidade governamental ainda estuda e analisa os diversos aspectos que consubstanciam formas de atuação do ente público na prestação do serviço indispensável à satisfação das necessidades do cidadão, para atingir a plena satisfação da administração pública se divide em: atividade meio, que envolve o próprio papel do Estado e sua estrutura para atender as necessidades da população; atividade fim, que está voltada para o efetivo atendimento das demandas da população, que podem ser divididas em atividades estratégicas, políticas, administrativas e de apoio. O orçamento público, como um ato preventivo e autorizativo das despesas do Estado, deve efetivar em um exercício, é um instrumento da moderna administração pública. Entretanto, em outras épocas, foram aplicados diversos procedimentos rudimentares de controle de gastos realizados pelo Estado ou pelo príncipe. O orçamento, do aspecto objetivo, designa o ramo das ciências das finanças que estuda a lei do orçamento e o conjunto de normas que se refere a sua preparação e controle, ou seja, considera-se a fase jurídica de todas as etapas do orçamento preventiva, executiva e crítica. No aspecto subjetivo, constitui a faculdade adquirida pelo povo de provar, *a priori*, os seus representantes legitimamente eleitos, os Senhores Deputados, os gastos que o Estado realiza durante o exercício. Deste modo, o orçamento está intimamente ligado ao desenvolvimento dos princípios

democráticos, a ideia da soberania popular e, do conseguinte, ao triunfo dos sistemas representativos do governo, e encontra posição aos Estados antigos quando o monarca considerava como patrimônio próprio o próprio tesouro público, e a soberania do príncipe tinha fundamento divino. Nesta época, o povo não participava da fixação dos impostos e dos gastos públicos, pois o monarca imputava os tributos que desejava, segundo, sem poder discricionário. Apesar disso, a ideia de controle de recursos públicos já era prevista na legislação sancionada por Moisés, em 1300 a.C., na qual eram reguladas as funções da justiça e arrecadação do dízimo. Salomão, nascido em 1032 a.C., em um de seus livros canônicos, estabelece: onde negociareis, verifica e pesa. Na Inglaterra, o Rei João Sem Terra garantiu na Carta Magna que nenhum tributo ou subsídio seria instituído no reino, a menos que fosse aprovado pelo conselho do Rei, entre outros. No Brasil, também tivemos que lutar muito pelo controle orçamentário. Durante longos anos, após a Constituição de 1946, foi discutida a alteração da legislação referente ao orçamento, contabilidade e prestação de contas governamentais, sendo que em 1964 foi editada a Lei nº 4320/64, que representou um grande avanço, principalmente no que se preconizam sobre o orçamento, balanço da União, estados e municípios, com o rompimento da classificação das despesas apenas segundo sua natureza, em verba de consignação e subconsignação, passando a estabelecer a obrigatoriedade da classificação denominada de função programática, indicadoras das ações do governo e que vigora até hoje. O Decreto/Lei 200/67, modificou substancialmente a forma de atuação da administração pública, estabelecendo normas mais precisas sobre sistema de planejamento, orçamento e controle. Foi a partir desse decreto que foi clara a obrigatoriedade de o Poder Executivo manter um sistema de controle interno com a finalidade de criar condições indispensáveis para a eficácia do controle externo e assegurar a regularidade, a realização da receita e despesas, acompanhar a execução dos programas de trabalho e orçamento, avaliar os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos. Estabelece, também, que o julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis, sejam baseadas em levantamentos contábeis, certificados da auditoria e pronunciamentos das autoridades administrativas, sem prejuízo das inspeções dos Tribunais de Contas. Esse dispositivo representou um grande avanço no desenvolvimento e aprimoramento das técnicas contábeis de auditoria no setor governamental de todas as esferas. Atualmente, o processo orçamentário está definido na Constituição de 1988, que estabelece como instrumento de planejamento e controle o seguinte: a Lei Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e a Lei de Orçamento Anual – LOA. Em 2000, veio a Lei de Responsabilidade Fiscal que chegou para regulamentar uma série de questões relacionadas a administração pública brasileira e para assegurar a sociedade que, doravante, todos os Poderes da União, estados, municípios e Distrito Federal, teriam que obedecer sob pena de severas sanções... aos princípios de equilíbrio das contas públicas de gestões orçamentárias e financeiras responsáveis, eficientes e, sobretudo, transparentes. Os Tribunais de Contas têm a função fundamental de realizar fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos federativos e federados da administração pública direta e indireta, estando sujeitos a essa fiscalização, também, as empresas públicas de sociedade de economia mista. A filosofia institucional do Tribunal de Contas é prestar apoio técnico ao exercício da vigilância sobre os bens e patrimônios estatais, ser concisas suas competências aos âmbitos constitucionais legais, isto é, as ações do TCE devem ficar restritas as deliberações escritas na Constituição Federal, bem como nas leis infraconstitucionais e outros jurisprudenciais. Deste modo, as funções do TCE são: fiscalizadora, consultiva, informativa, judicante, sancionadora, corretiva, normativa, ouvidoria e, em alguns casos, assume o caráter educativo orientador. As funções, muitas vezes, são chamadas ou denominadas de competências. A função fiscalizadora, aquela que compreende a realização das auditorias, inspeções, que podem ser por iniciativa própria ou por requerimento da Assembleia Legislativa do Estado para apuração de denúncias em órgãos e entidades estaduais, ou em programas de governo, para apreciação da legalidade de atos de concessão de aposentadorias, reformas, pensões, admissão de pessoal no serviço público, fiscalização de renúncias de receitas, além de atos e contratos administrativos gerais. A fiscalização atua sobre a alocação de recursos humanos e materiais, cujo objetivo é avaliar e gerenciar os recursos públicos que consistem em apreender dados e informações, analisando-as afim de produzir um diagnóstico da situação cujo objetivo é a formação de um juízo de valor sobre as atividades analisadas. Na inspeção, o exame surge por iniciativa do próprio órgão fiscalizador ou em decorrência de uma solicitação requerida pela Assembleia Legislativa do Estado, portanto, poderia o Tribunal de Contas ou um de seus conselheiros ter, por iniciativa própria, realizado um minucioso estudo quanto ao endividamento do

Estado de Roraima, com relação a essa dívida milionária propagada pela grande imprensa local e pela imprensa nacional, e essa dívida continua crescente, Senhor Presidente. Só com um gatilho da Lei nº 1032, o PCCR dos servidores públicos efetivos do quadro geral do Executivo do estado de Roraima, agitando e estimo que chegará a um milhão de reais. Meu compromisso com os Senhores, caso eu seja o indicado por esta Casa para ocupar essa vaga de Conselheiro do TCE, hora em disputa, comprometo-me, com Vossas Excelências, apresentar um parecer técnico para a presidência desta Casa, mostrando o grave erro da Lei nº 1032 e apresentando soluções para as modificações necessárias. Igualmente me comprometo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a fazer um levantamento da dívida do estado que segundo noticiado pela grande imprensa local e nacional, gira em torno de seis milhões de reais. Esse levantamento será a partir do último dia do governo de Ottomar que, também, segundo a grande imprensa, deixou o governo com caixa para as suas atividades. Identificar a dívida real do estado, repactuar essa dívida via acordo de leniência, emitir parecer técnico para cancelar empenhos indevidos. É o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Solicito à senhora relatora Betânia Medeiros que faça a leitura da ficha de identificação do candidato.

A Senhora Relatora, Deputada **Betânia Medeiros** – Ficha de Identificação do Senhor candidato Mario Souza da Rocha, candidato ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima; Local da Arguição: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Data 18/03/2019; Hora: 1h55min; Declarante: Mario Souza da Rocha; Registro Geral: 22.626 SSP/RR; CPF: 070.001.382-20; Filiação: José Maria Pereira da Rocha e Maria do Rosário de Souza Rocha; Data de Nascimento: 02/04/1959; Estado Civil: Casado; Nacionalidade: Brasileiro; Naturalidade: Roraimense; Profissão: Administrador; Endereço Residencial: Av: Ville Roy nº 5343, São Pedro.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Esta Comissão agradece a explanação apresentada pelo candidato Mário Souza da Rocha. Registramos a presença da Deputada Tayla, acompanhando os trabalhos. Os microfones estão abertos para as perguntas e arguições do senhor Mário Souza da Rocha.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Mário, por que o senhor quer ser Conselheiro? Com breves palavras, diga os cargos que já assumiu na administração pública.

O Senhor **Mário Souza da Rocha** – Posso responder primeiro os cargos que já assumi. Fui chefe da contabilidade da Telaima, uma empresa pública de telecomunicações. Fui chefe da seção administrativa e financeira da TELEMAT, também outra empresa pública de telecomunicações que fica em Mato Grosso. Fui juiz classista por dois mandatos na Justiça do Trabalho e, também, Superintendente Regional do Trabalho de Roraima. Atualmente, sou perito administrador, trabalho em um escritório particular. Respondendo a outra pergunta, acho que defini aqui, em minha explanação, quero prestar a melhor assessoria. O Tribunal de Contas é um órgão de assessoria técnica e o nosso estado não teria chegado a esse endividamento se tivesse a ação imediata, porque o Tribunal de Contas, apesar de ser um órgão independente e muito bem definido pelo Supremo Tribunal Federal, ele é um órgão que presta assessoria a Assembleia Legislativa, ao Poder Judiciário e ao Governo do Estado, no sentido de apoio técnico e é esse o motivo e o objetivo que eu gostaria de ser Conselheiro do TCE, de ajudar Vossas Excelências para a melhor gestão de quem está no Executivo.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Continua aberto para as perguntas, Deputada Betânia Medeiros, relatora, sem perguntas, Deputado Neto Loureiro, Deputada Ione, Deputada Catarina, Deputada Tayla. Deputada Catarina, com a palavra.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** - Doutor Mário, deixa claro na explanação que o Senhor fez do conhecimento dessa ação e dessa função do cargo que você pretende ocupar, dentre as dificuldades que você acha que causou, como você mesmo mencionou aqui, os problemas geridos no nosso governo. Qual que você acha que seria a maior dificuldade que você enfrentaria lá, já assumindo esse cargo para auxiliar? Você acha que a Assembleia seria fundamental nessa parceria, nessa união, nessa ação?

O Senhor **Mário Souza da Rocha** - A atividade por si só do Tribunal de Contas do Estado é prestar assessoria para a Assembleia Legislativa, para o Governo do Estado ou para o Judiciário, muito bem definido recentemente pelo Supremo Tribunal Federal, então, não vejo uma dificuldade maior a não ser exercer a atividade aqui que, o cargo requer que faça a que se foi designado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Continua aberto para as perguntas. Não havendo mais nenhuma pergunta para o sabatinado, eu quero agradecer a sua presença Doutor Mário Souza da Rocha, agradeço imensamente a sua participação aqui nesta comissão. Saiba que esta comissão, ela, priva pelo que preceitua o Regimento Interno desta Casa no

tocante as arguições. Eu vou colocar o microfone à sua disposição para as suas arguições finais e, em ato contínuo, nós vamos encerrar essa arguição e entrar em votação que será uma votação nominal, dessa vez sem a presença do Senhor. Muito obrigado e as considerações finais está a sua disposição.

O Senhor **Mário Souza da Rocha** - Senhores Deputados, espero ter preenchido os requisitos. Espero poder ajudá-los estando como conselheiro. Eu tenho certeza que o nosso objetivo maior é ajudar com trabalho técnico que vai balizar e nortear o trabalho desta Casa e, acima de tudo, de quem necessitar dos trabalhos técnicos do Tribunal de Contas do Estado. Quero contar com os votos dos Senhores, não só nesta comissão, mas como também no Plenário. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Suspendo a sessão pelo tempo necessário. Dou por reaberta a sessão. Solicito à Senhora Deputada **Betânia Medeiros** que faça a leitura de relatório do sabatinado **Mário Souza da Rocha**.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** - Lido o relatório.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação, a votação será nominal votando “sim”, os Senhores Deputados acatam o nome do Senhor **Mário Souza da Rocha** e votando “não”, os Senhores Deputados rejeitam-no em comissão. Solicito que o Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** faça a chamada nominal dos Deputados para a votação.

Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** procede à chamada dos Deputados para a votação – Senhor Presidente, o candidato recebeu três votos favoráveis, nenhum contra e nenhum abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Dou por aprovado o nome do Senhor **Mário Souza da Rocha** para ir ao Plenário desta augusta Casa de Leis. Com 03 votos “sim”, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Solicito ao Senhor Secretário desta Comissão, Deputado **Evangelista Siqueira**, para que conduza à Senhora **Maria Eliane Marques de Oliveira** para a sala de reunião. Bom, queremos agradecer e dar as boas-vindas à candidata **Maria Eliane Marques de Oliveira** e, neste momento, queremos passar a palavra inicial para que a Senhora possa fazer as suas considerações iniciais diante desta comissão.

A Senhora **Maria Eliane Marques** - Eu já milito na advocacia aqui em Roraima desde 91. Já ocupei vários cargos públicos também e, inclusive, já passei por vários Poderes e, nesta Casa mesmo, eu fui assessora de duas presidências, no passado, sem contar com a assessoria que dei para o senhor temporariamente. Já fui do Tribunal de Justiça. Cheguei aqui no estado, na época, convidada pelo Governador **Ottomar**, para instalar um novo estado, e daí eu fiz parte da Lei do **IPER**, presidi a comissão, fazia os Projetos de Lei do Governador **Ottomar** e, na época, o Deputado **Jalser** era o bom menino da rádio e mobilizava bem a sociedade, né?! Então, é assim, eu me sinto merecedora e me sinto preparada para esse cargo, porque, inclusive, passei no Tribunal de Contas 08 anos. Fui assessora de duas presidências lá, assessora jurídica e, também, estive no controle externo durante 04 anos. Então, assim, por onde eu já passei, eu sempre fiz o meu trabalho de uma forma correta. Eu tenho uma experiência muito grande, eu convivi com muitos e adoguei, o Deputado **Jalser** é testemunha disso, para vários governadores aqui no estado, como assessora jurídica e defendendo, também, em momentos muito difíceis. Então, assim trabalho. Eu não tenho medo, não tenho medo de responsabilidade e eu sei que a minha missão principal é... uma vez que o Tribunal de Contas é um órgão que auxilia este Poder a fiscalizar o Poder Executivo, os nossos recursos e de todo aquele que faça a gestão de bens públicos. Eu estou à disposição desta Casa para colaborar com meu trabalho, com minha experiência, com a minha fidelidade e com a minha coragem, que eu tenho bastante.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Muito obrigado, Doutora **Eliane**. Passo a palavra à Relatora Deputada **Betânia Medeiros** para a leitura de ficha de identificação da candidata.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** - Ficha de identificação da Senhora **Maria Eliane Marques de Oliveira**, candidata ao cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Roraima. Local da Arguição: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Data: 18/03/2019; Hora: 12h24min; Declarante: **Maria Eliane Marques de Oliveira**; Registro OAB/RR: 149-A; CPF: 234.509.083 - 91; Filiação: **Edivaldo Pereira de Oliveira** e **Maria Ana Marques de Oliveira**; Data de Nascimento: 17/10/1962; Profissão: Advogada; Nacionalidade: Brasileira; Naturalidade: **Jaguaruana - Ceará**; Estado Civil: Casada; Endereço Residencial: Rua Tocantins, 234, casa 07, Caçari, Boa Vista-RR.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Disponibilizo a fala a qualquer Deputado desta Comissão para fazer uso, se assim desejar. Deputado **Evangelista**, com a palavra.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** - Senhora **Maria Eliane**, a senhora já expôs o motivo pelos quais deseja ser Conselheira. Já falou um pouco sobre a sua experiência no serviço público no estado

de Roraima, mas eu gostaria que a senhora especificasse, caso venha ser aprovada nesta comissão e em plenário, que contribuições você pode vir a dar ao estado de Roraima. Gostaria que diferenciasses para mim o que a senhora entende por idoneidade moral e reputação ilibada?

A Senhora **Maria Eliane Marques** - Começando pelo último tema que Senhor colocou, a idoneidade e a reputação ilibada para mim é pessoa que não deva ter se envolvido com situações que possam denegrir a sua imagem, a sua reputação moral, no exercício da sua profissão, você não ter tido condutas prejudiciais ao teu cliente e tudo isso tem a ver com a ética e com o compromisso, porque a ética ela é muito ligada ao compromisso que você está fazendo e você saber fazer. E a contribuição que eu acredito que eu possa dar, eu sou hoje, uma senhora já com 57 anos, e a gente busca também, porque a gente trabalha tanto. Eu comecei a trabalhar aos 14 anos e você quer uma garantia, a gente está vendo que o mundo está aí, você poder trabalhar com mais tranquilidade, entendeu? Eu creio que um Conselheiro tenha muita responsabilidade, é um trabalho que é bonito, é um trabalho que é de fiscalizar o que é público. Penso que esta Casa precisa de alguém que contribua com isso, porque os nossos Poderes Executivos estão precisando de um controle que possa direcionar melhor, não é só penalizar, eu acho que não é interessante isso. O interessante é você pode oferecer elementos e poder prevenir certas coisas, poder colaborar com a prevenção. Sobretudo, me sinto merecedora e me sinto com condições de assumir qualquer cargo neste estado. Participei da lista sêxtupla, só acrescentando, em 2001, fui a única mulher eleita, infelizmente eram 06 candidatas e iam 3 nomes e eu não consegui ser nomeada por questões óbvias. Não fui escolhida na última etapa, né?! Mas estou disposta e à disposição dos senhores para o que os senhores quiserem, e outra coisa, hoje, a gente tem mecanismos. A lei, hoje, está muito fácil de você averiguar, você investigar, você tem assessorias, não é bom e não trabalha quem não quer. Eu vejo um esforço do Deputado Presidente, que ele faz um esforço para cumprir missões que são do estado para ajudar a sociedade. Então, assim, eu acho que em conjunto todos podem fazer melhor.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Continua em aberto, Deputado **Neto**, deseja fazer uma pergunta? Deputada **Betânia**, relatora, com a palavra.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** - Boa tarde, além de ser uma instituição pública, o TCE, de controle externo responsável por zelar pelo patrimônio público e fiscalizar a aplicação dos recursos, quem mais tem que prestar contas ao Tribunal de Contas Estadual?

A Senhora **Maria Eliane Marques** - A fiscalização é para todos os órgãos públicos, aqueles gestores que mexam com bens e verbas públicas, qualquer tipo de recurso público, da administração direta e indireta, da fundacional, também, dos Poderes, as Prefeituras e Câmaras de Vereadores, se eles gerenciarem verbas pública de fundações, o repasse, convênios e congêneres, qualquer tipo de transferências.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Continua em aberto. Não havendo nenhum parlamentar que queira questionar, eu quero agradecer a presença da Doutora **Eliane Marques** aqui, nesta comissão. Saiba que para nós é uma satisfação imensa tê-la como candidata. Eu tenho dito para a maioria dos senhores candidatos que a arguição e a aprovação nesta comissão já são uma vitória, porque são vários nomes, infelizmente, ou felizmente, a Assembleia só pode indicar apenas um nome, mas eu quero agradecer a sua presença e disponibilizar o microfone para as suas considerações finais.

A Senhora **Maria Eliane Marques** - Eu que agradeço a disposição de Vossas Excelências de dedicarem o tempo de vocês, aqui não está só a comissão, estão outras pessoas, outros colegas que poderiam estar trabalhando, fazendo outra coisa, mas quiseram participar. Isso é importante, o processo democrático, ele tem que ser assim, ele tem que ser aberto! Eu só tenho agora que pedir aqui que olhem para mim de maneira diferente, por favor, eu gostaria muito de ocupar essa vaga, creio que todos querem e todos tem condições, mas eu estou preparada.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Suspenda a sessão. Nós vamos interromper a sessão para que a Doutora **Eliane** possa se retirar e, em seguida, nós vamos colocar em votação o nome da Senhora. Muito obrigado e grande abraço. Reaberta a sessão. Solicito a senhora relatora **Betânia Medeiros** que faça a leitura do relatório da senhora **Maria Eliane Marques de Oliveira**.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** - Lido o relatório da sabatinada, Senhora **Maria Eliane Marques de Oliveira**.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação, a votação será nominal. Votando “sim”, os Senhores Deputados acatam o nome da Senhora **Maria Eliane Marques de Oliveira**, e votando “não”, os Senhores Deputados rejeitam-no. Solicito que o Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** faça a chamada dos Deputados para votação.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** procede à chamada dos Deputados para a votação.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Dou por aprovado o nome da Senhora Maria Eliane Marques de Oliveira com 03 votos "sim", nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Solicito ao Senhor Secretário desta comissão, Deputado Evangelista Siqueira, que conduza o sétimo candidato, o Senhor Sebastião Ernesto Santos dos Anjos para a sala de reunião. Eu quero dar as boas-vindas ao Senhor Sebastião Ernesto Santos dos Anjos. Eu quero agradecer sua presença em comissão, dizer que essa comissão tem por finalidade ouvir os candidatos, aprová-los ou não, e em ato contínuo levar ao conhecimento do Plenário. Diante desse quadro, eu quero que Vossa Excelência fique à vontade para as vossas considerações iniciais e em ato contínuo a Deputada Betânia, que é a relatora do vosso nome, fará a leitura da sua ficha de identificação. Com a palavra o Senhor Sebastião Ernesto Santos dos Anjos.

O Senhor **Sebastião Ernesto Santos dos Anjos** - Boa tarde, Deputada Catarina, Deputada Ione, Deputada Betânia, Deputado Jalser, Deputado Evangelista, Deputado Neto. Bom, eu sou funcionário de carreira do Tribunal de Contas, cheguei no estado em 99 e realizei o concurso, ainda com caxumba, com dores, e acabei sendo aprovado e exerço o cargo de assessor jurídico, no caso analista administrativo jurídico. Trabalhei nesta Casa durante dois meses, fui Controlador Geral aqui num período, e eu tenho um compromisso social desde da época que eu fui assessor jurídico da Secretaria de Saúde. Eu tinha uma preocupação muito grande com o interior, porque uma vez eu estava com o Doutor Rodolfo no interior e havia uma criança chorando, um choro que me comoveu. Eu fui até lá, quando eu cheguei lá, eu verifiquei que o enfermeiro queria colocar uma sonda de adulto numa criança e aí eu chamei o Secretário e apelei a ele que tomasse as providências, e nós fomos no depósito e o enfermeiro disse que não havia sonda de criança naquele momento. E a partir daí eu busquei muito mais está no interior preocupado com a situação da população. E o papel do Conselheiro, nesta situação de gestão pública, é um papel importante, porque juntamente com a Assembleia ele vai exercer esse controle dos gastos públicos. A administração pública, ela, não é fácil para ninguém, ela é cheia de detalhes e tudo está em lei. Não há o que fazer se não estiver preso na lei, o papel do Conselheiro tem que ser de máxima inteligência, por quê? Porque os recursos são escassos e a necessidade da população é muito grande, desde lá da Constituição que fala que o Tribunal de Contas auxilia o Poder Legislativo. Ele vai fazer esse controle, mas ele não julga, quem julga são vocês, os atos do Poder Executivo. Então, vejo que, no contexto histórico, o tributo, ele nasceu antes do controle. O tributo nasceu com o monarca, a gente pega aquela sequência histórica, família na produção, as tribos, cidades e apólice que foi a primeira experiência do homem lá na Grécia, na experiência de sociedade enquanto democracia. Então, o controle ele sempre foi exercido diretamente pelas pessoas, no caso do rei, ele fazia de acordo com a vontade dele, mas, mesmo assim, ele compartilhava alguns poderes, como, por exemplo, com os duques, pessoas que eram ligadas a ele e que recebiam títulos porque eram auxiliares do rei. Então, em um contexto histórico, a questão do controle nasceu junto com o direito orçamentária, lá na Revolução Americana, por quê? Porque o povo americano contestava o que a Inglaterra gastava com os tributos do chá e do tabaco, então, ali nasceu efetivamente o controle e que foi sonhado pelo Rui Barbosa. Então, é grande a responsabilidade da Assembleia e é grande a responsabilidade de um Conselheiro em conduzir os trabalhos de controle de acordo com o que a Constituição Federal e Estadual, nos artigos 47 e 48, 47 a, b, e c, que fala sobre o controle exercido pelo Tribunal de Contas, bem como nós temos não uma anomalia, mas uma situação especial pela Emenda Constitucional nº 029, de 2011, em que também diz que o Ministério Público é um órgão auxiliar de controle da Assembleia. Estamos caminhando através de uma decisão do Supremo Tribunal Federal para que o Ministério Público seja essa vanguarda, assim como a história do próprio Ministério Público comum, que antigamente era ligado às casas civis e também à administração direta do Poder Executivo, e hoje, é um poder independente, mas não é um órgão de Poder, porque ele não decide, apenas acompanha, assim como faz o Tribunal de Contas. Mas, essa história do Ministério Público de Contas como auxiliar, o Supremo Tribunal Federal é que vai decidir. Então, fica a critério do Tribunal de Contas trabalhar não só o decreto 200. Por que eu falo sobre o decreto 200? Porque ele já falava em planejamento, que é o grande viés da administração pública. Então, o decreto 200 tem duas coisas muito importantes para se exercer o controle. Primeiro, o planejamento e o segundo, que eu acho, na minha opinião, é a segregação de poder. Que ponto é feito pelo jurisdicionário essa segregação. Então, o gestor tem uma responsabilidade? Tem, mas ele compartilha atos da administração pública. Ele não empenha, mas ele assina o empenho, quem executa o empenho é o pessoal das finanças, mas ele tem a corresponsabilidade disso. Então, as despesas públicas, quando

são empenhadas, elas, devem ter um motivo de ser e elas têm que ter uma autorização da Lei do Orçamento, mas ela também tem que ter uma previsão lá na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por que se você não arrecadar, você não tem como gastar. Então, a responsabilidade do Poder Legislativo é esta. Então, esses três poderes com relação a esta situação harmônica, se bem trabalhado, tem um resultado para a sociedade. Acredito que vocês como parlamentares têm uma responsabilidade muito grande de prover o mínimo comum para as pessoas, por que? Por que as pessoas como vocês também, contribuem. A cada açúcar vendido no estado se paga além dos tributos, se paga também a patente. O açúcar tem um percentual de patente que tem um reflexo muito grande no preço. Se o supermercado vende mais barato, ele não está ganhando no açúcar, ele está ganhando em outros produtos que ele vai disponibilizar e vai conseguir vender. Então, essa arrecadação é que vai dar justamente a possibilidade de vocês terem um histórico do ano anterior. Vocês, inclusive, estão aguardando e analisando a Lei Orçamentária do Estado. Então, cabe a vocês a grande responsabilidade de deter esses conhecimentos e buscar de forma inteligente a partilha desses recursos. O Tribunal de Contas tem uma participação com relação a este controle, ele faz esse controle auxiliando vocês, mas ele tem também uma grande responsabilidade social, pois, se os gastos públicos forem planejados, eles serão suficientes para manter o básico, por quê? Porque acredito que a iniciativa humana é um viés, pois, se você buscar melhorar sua vida, depende muito mais de você do que das outras pessoas. Você precisa ter vontade, é preciso ter foco. Se você não tiver isso, não chegará a lugar nenhum. Agradeço a oportunidade, pois, para mim, é um desafio estar aqui. Já tive vontade outras vezes, mas não me senti à vontade de pleitear uma vaga de Conselheiro. Neste momento me sinto muito à vontade, pois estou há 16 anos no Tribunal de Contas, tenho 20 anos de advocacia, sou professor de graduação e pós-graduação e hoje estou terminando uma pós-graduação em gestão pública, cujo tema tem relação com controle social. Que bom seria que houvesse audiências públicas também no julgamento das contas. Mas esse é um outro desafio. Muito obrigado, e me coloco à disposição de vocês.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Obrigado ao candidato Sebastião Ernesto Santos dos Anjos. E agora solicito à deputada Betânia Medeiros que faça a leitura da ficha de identificação do candidato.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** - Ficha de identificação do senhor Sebastião Ernesto Santos dos Anjos, candidato ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima; Local da Arguição: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Data: 18/03/2019; Hora: 12h44min; Declarante: Sebastião Ernesto Santos dos Anjos; Registro Geral: 1670378; CPF 311.161.402 - 68; Filiação: Domingos Raimundo dos Anjos e Regina Maria Santos dos Anjos; Data de Nascimento: 30/08/1919; Profissão: Servidor Público do Tribunal de Contas de Roraima; Nacionalidade: Brasileira; Naturalidade: Santarém - PA; Estado Civil: União Estável; Endereço Residencial: Av. Vinícius de Moraes, nº 882, Santa Cecília - Cantá -RR.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Passo a palavra para os senhores deputados. Com a palavra, o Senhor Deputado Neto Loureiro.

O Senhor Deputado **Neto Loureiro** - Bom dia, senhor Sebastião, é um prazer recebê-lo aqui. Gostaria de perguntar ao senhor por que o senhor acha que é mais qualificado ou que merece mais essa vaga que os outros candidatos.

O Senhor **Sebastião Ernesto Santos dos Anjos** - Não acho que mereça mais que os outros candidatos, mas me sinto preparado em razão de um contexto histórico da minha própria vida. Sou advogado, nasci de um dono de cartório, portanto, já nasci praticamente nessa área do direito, com esse viés. Meu pai passou em um concurso de cartório de Santarém em primeiro lugar e assumiu em Belterra. E aí eu procurei, dentro da minha vida pública, atuar como Assessor Jurídico de Belterra, como Assessor Jurídico da Secretaria de Saúde, como Assessor Jurídico da CODESAIMA, como Controlador-Geral por dois meses nesta Casa, há dezesseis anos no Tribunal de Contas, Professor universitário de Direito Constitucional, Direito Empresarial, Processo Civil I e II, Direito Bancário, Contratos Bancários, Biodireito e, também na questão acadêmica, estou terminando uma pós de Gestão Pública. Então, com o conhecimento na área de controle, sei que posso contribuir de forma efetiva, principalmente nos julgamentos e na análise das contas com relação aos gestores que não são do Executivo, porque do Executivo quem julga é o Poder Legislativo; são vocês que julgam o do Estado, e dos Municípios quem julga são os vereadores. E, também, na advocacia, tem 20 anos que advogo. Hoje não, em razão do cargo que ocupo, mas passei dez anos em um escritório com meu irmão, o Daniel, que trabalhava aqui. Tivemos, por dez anos, um escritório, trabalhando na área trabalhista, mas também fazíamos o tributário, constitucional e fazíamos defesa junto ao Tribunal de Contas da União. Por quê? Porque o grande desafio dos gestores é justificar os atos na prestação de contas, quando se



encontra os achados de auditoria. Nós, como funcionários do Tribunal de Contas, atuamos em análise e fazemos pareceres também a pedido dos Conselheiros e, na época que trabalhei no Ministério Público de Contas, também fazia pareceres jurídicos ou ajudava o Dr. Paulo Sérgio, que foi Procurador-Geral e é Procurador de Contas, a fazer. E nós víamos duas situações que nos chamavam a atenção. O grande problema no estado e nos municípios é o controle patrimonial. A contabilidade pública tem quatro vertentes e nestas quatro tem uma interface, ou seja, a contabilidade-geral, a chamada regra dobrada e receita/despesa. Na administração pública, é receita/despesa/DVP/ e a consolidação. Então, o que entra é receita e o que sai é despesa. Se ficar alguma coisa, vira patrimônio. A DVP do Estado e dos Municípios, efetivamente a gente vê que, em algumas situações, eles não têm o controle e isso você só consegue visualizar se o gestor conseguir justificar por que ele tomou aquele ato. Então é muito mais tranquilo hoje exercer esse papel, em razão da experiência. É muito mais fácil eu entender o prefeito se ele conseguir me justificar um ato que ele tomou para que eu possa entender e saber que foi bem justificado esse ato. As contas, elas merecem, em algumas situações, não só serem devidamente aprovadas pela regularidade; em algumas situações, elas podem ser regulares com ressalvas, exatamente por isso. Nós temos um princípio constitucional chamado de “princípio da reserva do possível”. O que é isso? O princípio da reserva do possível é quando você tem um recurso, mas ele é vinculado, você não pode mexer. Mas, se eu tenho um munícipe lá no Caroebe, lá no Uiramutã, lá no Mutum e eu preciso contratar um helicóptero para buscá-lo, para salvar sua vida, eu posso dispor desse recurso e depois devolvê-lo atualizado, pois consigo entender que aquele prefeito, naquela situação, a reserva do possível dele era usar aquele recurso. Então, por isso me sinto preparado, porque essa experiência, ela traz conhecimento, e a pessoa que vai julgar, que vai fazer análise no momento de um parecer prévio, precisa ter esse conhecimento senão ela não vai conseguir entender a justificativa. Então, existem algumas situações em que, após a chegada das contas, ela é verificada. Tem os achados da auditoria e o gestor é chamado a apresentar suas alegações iniciais de defesa. Então, é ali que ele vai justificar seus atos. Em alguma situação, contratam-se bancas que irão contestar os achados de auditoria, quando ela deveria ter justificado. Então, em razão disso é que me sinto preparado para o cargo. Existe todo esse contexto histórico e profissional para que eu possa me sentir à vontade de galgar esse cargo. Respeito todos os demais, que têm seus conhecimentos dentro de suas áreas, inclusive, fico feliz de ter participado juntamente com dois colegas de Tribunal, o Walker e Chico Lima.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Não havendo mais nenhum deputado para fazer perguntas ao candidato, agradeço a participação e a presença do senhor Sebastião Ernesto Santos dos Anjos. Quero disponibilizar os microfones para suas considerações finais.

O Senhor **Sebastião Ernesto Santos dos Anjos** – Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus por estar vivo e por estar, neste momento, ao lado da mulher que eu amo, que é a Liana. Pedi que ela viesse porque ela é meu amuleto de sorte. Fui em uma festa de fim de ano e achei muito bonito o deputado Jalser cantando para a esposa dele e aí falei para ela que descobriria se poderia trazer a esposa e pedi a ela que viesse comigo por ela ser meu amuleto de sorte. Tem um trecho de uma música que marcou nosso namoro que diz “quando a chuva passar ...”, da Ivete Sangalo, que representava um momento conturbado que vivíamos, que nos diz muito e, realmente, a chuva passou e hoje temos onze anos de casados, em uma união estável e com dois filhos. Então, me sinto muito feliz neste momento, inclusive, antes de entrar aqui, liguei para minha mãe para pedir sua bênção, sem que ela soubesse que participaria dessa sabatina. Como meus pais são idosos, temos evitado algumas surpresas para que eles não passem mal, pois, no aniversário de 70 anos do meu pai, eu e o Daniel resolvemos ir de surpresa para o aniversário e nosso pai passou mal. Então, a partir daquele momento, resolvemos avisar bem antes quando vamos visitá-los para não acontecer de novo. Mas, fora o nervosismo, é claro, gostaria de dizer que o cargo de Conselheiro é muito importante, porque um Conselheiro tem que ser muito inteligente. Além de você lidar com vidas, o magistrado, em geral... e o Conselheiro tem as prerrogativas de magistrado porque ele julga atos de gestores e ajuda com uma peça técnica chamada parecer prévio para que os legisladores, o Poder Legislativo, possam julgar. Então, ele tem que ter uma sensibilidade muito grande, pois temos 14 municípios, e tive o privilégio de conhecer todos eles na época em que fui Assessor Jurídico da Secretaria de Saúde, conhecer todos os postos de saúde do nosso estado. Nossa população é sofrida, muito sofrida, porque os recursos são poucos. Mas, acredito que, se contribuirmos com controle, mas não o controle efetivo de querer punir apenas, não é esse o controle, pode ser o controle pedagógico. O controle de assessoramento pode ser feito pelo Tribunal de Contas. Ele não pode é assessorar o prefeito, tanto que o nosso Regimento Interno fala em relação à consulta, mas fala em tese. Se não for em tese, o tribunal não

pode opinar. Mas efetivamente o Tribunal tem que ter essa participação, ele precisa estar próximo à sociedade. Temos um programa hoje chamado “TCE: cidadania que vai às escolas”. Assisti a um treinamento há uns anos, e um delegado da Polícia Federal falou uma coisa interessante, dizendo que o grande problema do Brasil era as drogas e que, para comprarmos um armamento, leva três anos em um processo de licitação, e ainda temos que justificar para que queremos aquela arma ou aquele equipamento. O bandido vai no Paraguai, compra no Rio ou nos Estados Unidos e tem caixa para isso. Então, além das restrições orçamentárias, eles têm mais agilidade que a gente. Então, a administração pública tem esses percalços, mas a gente sabe, como técnico, que também temos que contribuir para vencer essas burocracias, desde que sejam devidamente justificadas. É possível fazer um pregão em 23 dias? É, mas temos que cumprir todos os prazos da Lei. Mas isso tem que ser uma situação que seja necessária. Nas demais situações, temos que verificar o que a lei autorizou e também buscar atender a finalidade do recurso público. Uma outra situação... Eu me lembro de um Encontro Nacional de servidores dos Tribunais de Contas onde um Conselheiro falou que temos que preparar nossos netos que não estão ainda viciados, porque nossos filhos já têm uma influência na atual situação. Se nós trabalharmos na primeira infância, colocando naquela infância a responsabilidade não só com a própria pessoa, mas com o próximo, nós poderemos sim buscar e conseguir alcançar uma sociedade mais justa. O Tribunal de Contas também tem essa responsabilidade constitucional. Os artigos 71 e 74 estão lá, os órgãos de controle patrimonial, legalidade, a questão da publicidade, então, há uma grande responsabilidade quanto a isso. O 74 diz, especificamente, quais são os pontos. Quando eu dava aula, eu dizia o seguinte: se você escrever no seu caderno “limpe”, você tem os princípios básicos da administração. O L, legalidade; o I, impessoalidade; o M, moralidade; P, publicidade; e o mais desafiador, o E, eficiência. Se buscarmos isso, além de dar uma boa assessoria para você, ele dá uma boa resposta para a sociedade. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Obrigado, Sebastião Ernesto, eu agradeço a sua presença. Saiba que é extremamente importante para esta comissão a presença de todos os candidatos. Nós vamos agora ter que suspender a sessão pelo tempo necessário até que a Relatora possa emitir o seu relatório e, em votação, na comissão, nós possamos votar. O nome de Vossa Senhoria, sendo aprovado na comissão, o senhor já estará apto para concorrer no plenário desta Casa. O primeiro procedimento é na comissão e, cinco dias depois, no plenário da Casa. Muito obrigado, um grande abraço a você e a sua esposa.

Suspensa a Sessão.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por reaberta a Sessão. Solicito à Senhora Relatora Betânia que faça a leitura do seu relatório.

A Senhora Relatora, Deputada **Betânia Medeiros** – Lido o relatório.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, seguimos para a votação. A votação será nominal. Votando sim, os Deputados acatam o nome o senhor Sebastião Ernesto Santos dos Anjos e, votando não, os senhores Deputados rejeitam. Solicito ao senhor Deputado Evangelista Siqueira que proceda à chamada nominal dos Deputados para a votação.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** procede à chamada. – Senhor Presidente, três votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Aprovado o nome do senhor Sebastião Ernesto Santos dos Anjos para votação em plenário. Solicito ao Secretário desta comissão que conduza a oitava e última candidata, a senhora Gladys Matilde Bueno Brasil à sala de reunião. Estamos na arguição da senhora Gladys Matilde Bueno Brasil, a quem estamos dando as boas-vindas. Agradecemos a sua participação e queremos colocar o microfone para suas considerações iniciais e, em ato contínuo, a Deputada Betânia Medeiros, Relatora, vai proceder à leitura da sua inscrição.

A Senhora **Gladys Matilde Bueno Brasil** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meu cordial boa-tarde. Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a todos, desde já agradecer pela presença honrosa de Vossa Excelência neste plenário. Senhores Deputados e senhoras Deputadas, minha história profissional e experiência na Defensoria Pública começa junto com a criação e instalação do Tribunal de Contas do Estado de Roraima. Naquela época, nasceu a profissional que eu sou hoje. Desde já, se passaram 25 anos trabalhando com contabilidade pública, colaborando com o desenvolvimento daquela linda corte e com o Estado de Roraima. Em maio de 1991, estava lá quando a corte foi instalada em nosso Estado, tendo como conselheiro, na sua primeira composição, o saudoso Conselheiro Amazonas Brasil e os eminentes Conselheiros Reinaldo e Lauro Moreira. No ano de 1992, com a liderança deles e inteiramente teórico e prático de dois técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, foi criada e instalada a

primeira unidade de controle externo da corte de contas, da qual eu tenho a honra de dizer que participei junto com as queridas colegas Luziana Maciel e Ivete Bessa. No Tribunal de Contas, ocupei o cargo de diretora da segunda divisão técnica de economia mista. Eu fui inspetora adjunta do controle externo no ano de 1994 e, posteriormente, eu assumi o cargo de inspetora da terceira inspetoria dos municípios, Tribunais, Assembleia e Ministério Público. Eu saí do tribunal em 2000, mas o tribunal não saiu de mim. De lá para cá, já se passaram quase duas décadas dedicadas ao controle externo e à contabilidade pública, sempre colaborando com as prefeituras, em nosso estado de Roraima, para alcançar a gestão de qualidade e o cumprimento das ações, com transparência dentro dos parâmetros e responsabilidades, com a execução do orçamento, exigido pela nossa corte de contas em cumprimento a nossa Carta Magna e, principalmente, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Nessas quase três décadas de criação e instalação da corte de contas, muita coisa mudou. O Tribunal não é mais aquela equipe pequena, mas afinada. Quem trabalhou num lugar pequeno com poucos recursos e que vi nascer, a corte se digitalizou, cresceu em orçamento, em infraestrutura, fez concurso público, capacitou seu quadro de servidores e instruiu seus adicionais. Implantaram boas práticas de governança no Estado. Combateu a corrupção e desperdício do dinheiro público. Se tornou referência na região Norte o nosso controle externo. Por isso, Senhoras e Senhores Deputados, por ter participado da criação e instalação da corte e ter cooperado com o desenvolvimento no decorrer desses anos, tanto como colaboradora, quanto ao lado dos seus adicionais, por conhecer o problema de ambos os lados, me coloco à disposição da abertura dessa vaga para poder contribuir com a experiência que eu tenho. Era o que eu tinha a dizer.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Muito obrigado à senhora Gladys Matilde Bueno Brasil. Solicito à Senhora Relatora Betânia Medeiros que faça a leitura de ficha de identificação da candidata.

A Senhora Relatora, Deputada **Betânia Medeiros** – Ficha de Identificação da senhora Gladys Matilde Bueno Brasil, candidata ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Roraima. Local da arguição: Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; Data 18/03/2019; Hora: 13h 06min; Declarante: Gladys Matilde Bueno Brasil; Registro Geral: 14113 SSP/RR; CPF: 027846702-44; Filiação: Verlei Bueno Brasil e Selva Rossi Bueno; Data de nascimento: 13/10/1953; Profissão: Contadora; Nacionalidade: Brasileira; Naturalidade: Porto Alegre - RS; Estado Civil: União Estável; Endereço Residencial: Rua do Cupuaçuzeiro, nº 20, Caçari.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Está liberado para perguntas. Deputado Evangelista, com a palavra.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhora Gladys, na sua opinião, como o TCE pode passar da visão de um órgão que mais pune, fiscaliza, do ponto de vista punitivo aos municípios ou gestores, para aquele órgão mais de auxílio, que está ali para que os gestores de instituição pública, que tem a fiscalização submetida ao TCE, possam ver a instituição não como alguém que está ali simplesmente para fiscalizar, do ponto de vista punitivo, mas como um parceiro para ajudar nas suas devidas orientações.

A Senhora **Gladys Matilde Bueno Brasil** – No meu entendimento, os conselheiros deveriam estar mais próximos, principalmente dos gestores, dos prefeitos, porque existe um distanciamento. E nos prefeitos, na realidade, têm muitas dificuldades, tanto para cumprir os atos normativos do Tribunal, quanto para a prestação de contas. E os conselheiros, o tribunal em si, fica muito distante, ele só tem contato com os técnicos, e os contatos geralmente não deixam os gestores muito à vontade. Eu acho que teria que mudar, os Conselheiros teriam que ser mais próximos dos gestores. Estariam mais presentes, participar mais, não ser um órgão só de fiscalizar, de punir, mas de orientar, principalmente orientar, porque uma coisa eu posso dizer com garantia, 90% das ocorrências que o tribunal aponta, ocorreram por mera falta de conhecimento.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** – Boa tarde. Qual a contribuição para o desenvolvimento do estado de Roraima que a senhora acredita que pode dar como conselheira do Tribunal de Contas?

A Senhora **Gladys Matilde Bueno Brasil** – Eu acho que a contribuição a dar seria: Primeiro, orientação aos gestores, isso estaria ajudando muito o estado. E fiscalizar os recursos, aplicações. Orientar e fiscalizar orçamentos e as aplicações desses recursos. Eu acho que seria a melhor contribuição que o Tribunal poderia dar, seria na orientação e ser mais íntimo com os ordenadores para poder surtir um efeito melhor.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Deputado Neto, sem perguntas, Deputada Catarina, também não. Eu quero aqui agradecer a presença da senhora Gladys Matilde Bueno Brasil e colocar o microfone a sua disposição para suas considerações finais. Devo dizer a senhora que, tão logo as suas considerações, nós vamos suspender a sessão pelo tempo necessário para que a gente possa se reunir e a Relatora emitir o seu parecer. E tão logo aprovado na comissão, o seu nome estará posto para o conhecimento do

plenário. Eu quero agradecer a sua participação, lhe desejar boa sorte e dizer que esta Casa é uma Casa que procura fazer o que há de melhor diante desse cenário. Infelizmente, são muitos candidatos e a gente não tem como escolher todos os candidatos, porque todos que aqui participaram têm requisitos espetaculares, no tocante ao que a senhora acabou de citar e, para nós, é um motivo de muita satisfação. A palavra é sua.

A Senhora **Gladys Matilde Bueno Brasil** – Eu queria agradecer a oportunidade. Para mim, eu já me sinto orgulhosa em participar e em contribuir e em eu ser sabatinada. Isso para mim é de grande valia e me coloco à disposição de vocês. Meu muito obrigada.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Muito obrigada doutora Gladys.

Suspensa a Sessão

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por reaberta a Sessão. Solicito à Senhora Relatora Betânia que faça a leitura do seu relatório.

A Senhora Relatora, Deputada **Betânia Medeiros** – Lido o relatório.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, seguimos para a votação. A votação será nominal. Votando “sim”, os Deputados acatam o nome da senhora Gladys Matilde Bueno Brasil para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas de Roraima e, votando “não”, rejeitam o nome da senhora Gladys.

Solicito ao Senhor Deputado Evangelista Siqueira que proceda à chamada nominal dos Deputados para a votação.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** procede à chamada - Senhor Presidente, três votos “sim”, nenhum “não” e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Dou por aprovado o nome da senhora Gladys Matilde Bueno Brasil para conhecimento do plenário.

Comunico aos Senhores Parlamentares que foi protocolado nesta Casa Legislativa o Requerimento nº 016/19, de autoria do candidato para o cargo de Conselheiro, o senhor João de Carvalho, que requer adiamento de sua arguição, em virtude de tratamento médico.

Solicito à Deputada Betânia que faça à leitura do seu relatório diante da justificativa apresentada pelo candidato.

A Senhora Deputada **Betânia Medeiros** – Lido o relatório.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** - Em discussão. Não havendo quem queira discutir, seguimos para a votação. A votação será nominal. Votando “sim”, os Deputados estarão votando com o relator e votando “não” os Senhores Deputados estarão votando contra o relatório apresentado pela Deputada Betânia Medeiros

Solicito ao Senhor Deputado Evangelista Siqueira que proceda a chamada dos Deputados para a votação.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** procede à chamada - Senhor Presidente, três votos “sim”, nenhum “não”, e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Jalser Renier** – Desconsiderada, portanto, a apresentação feita pelo candidato João de Carvalho. São apenas 8 candidatos, segundo a interpretação dessa comissão, que será apreciada no plenário na próxima semana.

Não havendo mais nada a tratar, esta comissão agradece a presença de todos os Senhores Deputados, servidores desta Casa, a imprensa, e todos que acompanharam a sabatina de todos os candidatos. Muito obrigado a todos, tenham uma boa-tarde.

**JALSER RENIER**

Presidente da Comissão

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

### RESOLUÇÕES

#### RESOLUÇÃO Nº 3352/2019-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

#### RESOLVE:

**Art. 1º Nomear ANTONIO DE SOUSA RODRIGUES, CPF: 808.064.652-04**, no Cargo Comissionado de Diretor CA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 12 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3353/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º TORNAR SEM EFEITO** a nomeação do servidor **EDILSON DIEGO PAIVA DE MEDEIROS, CPF: 063.168.554-51**, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo IV CAL-7, constante da Resolução nº 3096/2019-SGP de 08.03.2019, publicada no Diário da ALE nº 2951 de 15.03.2019, por emissão indevida.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, 26 de janeiro de 2019.  
**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3354/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear JARDEL SOUZA SILVA, CPF: 716.685.512-68**, no Cargo Comissionado de Diretor CA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 08 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.  
**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3355/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º TORNAR SEM EFEITO** a exoneração da servidora **NATHANA MACHADO SALES, matrícula 20351, CPF: 008.239.112-25**, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, constante da Resolução nº 3075/2019-SGP de 28.02.2019, publicada no Diário da ALE nº 2951 de 15.03.2019, por emissão indevida.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, 26 de janeiro de 2019.  
**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3356/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear ANTONIO RAMOS FERREIRA, CPF: 879.990.302-44**, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 08 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.  
**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3357/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear DEBORA SAIONARA GONÇALVES RODRIGUES, CPF: 003.105.752-73**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 12 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.  
**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3358/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear FRANCISCA IZABEL SANTOS DE SOUZA, CPF: 960.353.822-15**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 15 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.  
**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3359/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear JEFFERSON WAGNER DIAS CIDADE, CPF: 011.583.282-30**, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 20 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.  
**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3360/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º Nomear JULIANA DOS SANTOS CARDOSO, CPF: 835.558.622-00**, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo I CAA-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 15 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.  
**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3361/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear **KAMILA PAZ DA SILVA**, CPF: 542.494.222-91, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 15 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3362/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear **LAIS BARROS DE BRITO**, CPF: 045.620.421-09, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo I CAL-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 01 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3363/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear **MILEIDE SUELEN DA SILVA BARRETO**, CPF: 967.693.862-91, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial IV CAA-4, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 15 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3364/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear **RONALDO JOSE DE SOUSA PEDROSO**, CPF: 065.489.892-87, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo Especial III CAA-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 20 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3365/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear **RONALDO ALEXANDRE CUNHA REIS**, CPF: 904.784.282-00, no Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo II CAA-6, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 15 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

**RESOLUÇÃO Nº 3366/2019-SGP**

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear **JESSICA DE LUCENA CAVALCANTE**, CPF: 912.487.362-49, no Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo Especial III CAA-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018.

**Art. 2º** Esta Resolução surte efeitos a partir de 08 de março de 2019.

Boa vista - RR, 26 de março de 2019.

**GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA**  
 Superintendente de Gestão de Pessoas  
 Matrícula: 17812

